

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO)

LUIS CLAUDIO RAGIOTO

**LUKAS... E AS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS: UMA PERSPECTIVA
DISCURSIVA SOBRE O POLÍTICO, A POLÍTICA E O VOTO NAS
ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE MARINGÁ**

MARINGÁ – PR
2007

LUIS CLAUDIO RAGIOTO

**LUKAS... E AS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS: UMA PERSPECTIVA
DISCURSIVA SOBRE O POLÍTICO, A POLÍTICA E O VOTO NAS
ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE MARINGÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Estudos Linguísticos. Linha de Pesquisa: Estudo do Texto e do Discurso.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Aparecida Honório.

MARINGÁ – PR
2007

LUIS CLAUDIO RAGIOTO

**LUKAS... E AS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS: UMA PERSPECTIVA
DISCURSIVA SOBRE O POLÍTICO, A POLÍTICA E O VOTO NAS
ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE MARINGÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Estudos Lingüísticos. Linha de Pesquisa: Estudo do Texto e do Discurso.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Maria Aparecida Honório
Universidade Estadual de Maringá – UEM
Presidente

Profª Drª Ismara Vidal de Souza Tasso
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Profª Drª Solange Maria Leda Gallo
Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL

À **Maria Regina**, essa mulher fantástica que esteve a meu lado (e muitas vezes me carregou no colo!) durante toda minha caminhada.

À **Geovana** e ao **Guilherme** que, por muitas vezes, tiveram de sacrificar suas tardes para que eu pudesse escrever a “dolorosa”.

Agradeço a **Deus**, por ter permitido que eu completasse esse caminho, mesmo depois de todas as dificuldades.

Agradeço à **Nossa Senhora**, a quem fui consagrado ainda criança, por ter intercedido junto ao Pai para que tudo desse certo.

Agradeço especialmente à minha mãe, a Dona **Creuza**, e a meu pai, o Seu **Osmar**, por terem me gerado, me apoiado e me dado todas as condições para que me tornasse o homem que sou hoje.

Agradeço a Marcos César Lukaszewigs, o **LUKAS...**, esse notável cartunista de quem sou fã, criador de todas as charges analisadas neste trabalho, visto que foi seu grande talento que possibilitou toda essa caminhada.

Não posso deixar de agradecer de forma muito especial a duas mulheres: à **Vera**, que junto comigo trilhou este maravilhoso, mas não menos doloroso, caminho da Análise de Discurso, e à **Célia**, minha grande amiga.

Agradeço a todos os meus amigos que, para não cometer o descuido de deixar alguém de fora, não nomeio nenhum!

Agradeço à **Ceci** pelo grandioso apoio como orientadora, pelos puxões de orelha e pela força nesta parte final da dissertação.

Agradeço à Prof^a Dr^a **Ismara** pelos valiosos conselhos que me deu e por participar da minha banca.

Também agradeço à Prof^a Dr^a **Solange Gallo**, pelos conselhos e por compor a minha banca.

E agradeço a todos os **professores** que passaram pela minha vida e pelas contribuições que cada um deu na construção deste professor.

Como não podia esquecer, agradeço à **Andréa**, secretária do Mestrado, que tantas vezes me aturou pedindo informações ou apenas enchendo o saco.



Marcos César Lukaszewigs, o Lukas...

RESUMO

Este trabalho pauta-se nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa (AD), tendo como principal referência os estudos de Michel Pêcheux e Orlandi. Seu principal objetivo é analisar como se projetam, através do discurso das charges de Lukas..., cartunista do jornal O Diário do Norte do Paraná, as imagens do político e do sujeito leitor/eleitor. Dentro do quadro teórico adotado, o trabalho enfatiza a ideologia, formação discursiva, memória discursiva, formação imaginária, e condições de produção. Em função das especificidades do corpus, contempla também conceitos concernentes à relação entre discurso, mídia, política e humor, além de estabelecer princípios norteadores para a análise discursiva de imagens. Como requisito para a análise, são levantadas as condições de produção das charges, constituídas pelo jornal impresso como suporte midiático em que são publicadas, por seu processo de produção, e pela descrição do percurso histórico-político sobre eleições no Brasil desde a colonização até a eleição Presidencial de 2003, bem como as condições de produção das eleições municipais maringenses, no período de junho a novembro de 2004. O trabalho pressupõe que o que funciona é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro; a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro nos processos discursivos. Pressupõe ainda a influência da mídia no processo chamado de midiaticização da política e a possível intervenção da mídia televisiva em outros suportes, como o jornal. Entendemos que pesquisas dessa natureza podem, através do acionamento na memória de fatos e de discursos, materializados em palavras ou imagens, contribuir para a constituição de um novo olhar da sociedade para as complexas relações que permeiam o discurso da mídia impressa e da política, e como esses discursos significam no campo do humor, através da materialidade das charges.

Palavras-Chave: Discurso, formações imaginárias, charge, política, político, eleitor.

ABSTRACT

Current research is based on the theoretical presuppositions of the Analysis of the Discourse (AD) of French perspective, keeping as main reference the studies of Michel Pêcheux and Orlandi. Its main objective is to analyze as the images of the politician and of the reader/elector's subject are projected through the discourse political cartoons of Lukas..., a cartoonist of the O Diário do Norte do Paraná newspaper. Considering the theoretical perspective adopted, this paper emphasizes the ideology, discursive formation, discursive memory, imaginary formation and production conditions. Because of the specificities of the corpus, it also contemplates concepts concerning to the relationship among speech, media, politics and humor, besides establishing leaded principles for the discursive analysis of images. As requirement for the analysis, the conditions of production of the political cartoons are considered, they are constituted by the newspaper printed as media support where they are published, by its production process and by the description of the historical-political course about elections in Brazil from the colonization until the Presidential election of 2003, as well as the conditions of production of the elections municipal of Maringá, in the period June - November 2004. The paper presupposes that the one that works is a series of imaginary formations which designates the place where A and B attribute each one to itself and the other; the image that they do from its own position and from the place of the other in the discursive processes. It also presupposes the influence of the media in the process designated as *mediatização* of the politics and the possible intervention of the television media in other supports, as the newspaper. We understand that this kind of research can, through the memory of facts and of speeches, materialized in words or images, contribute for the constitution of a new way to look of the society for the complex relationships that permeate the speech of the media printed and of the politics, and as these kind of speeches mean in the scope of the humor, through the materiality of the political cartoons.

Word-Keys: Discourse, imaginary formations, political cartoon, politics, political, elector.

LISTA DE FIGURAS

TEXTO 01	18
TEXTO 02	30
FRADINHOS	46
GRAÚNA	46
<i>YELLOW KID</i>	56
CARICATURA DE OSWALDO CRUZ	58
CHARGE 1	64
CHARGE 2	71
CHARGE 3	75
CHARGE 4	78
CHARGE 5	81
CHARGE 6	87

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	24
QUADRO 2	69
QUADRO 3	70
QUADRO 4	77
QUADRO 5	81
QUADRO 6	86
QUADRO 7	93

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1 IDEOLOGIA, FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS E MEMÓRIA	
DISCURSIVA NA CHARGE: REFLEXÕES TEÓRICAS	18
1.1 CHARGE E IDEOLOGIA	18
1.2 CHARGE E FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS	22
1.3 CHARGE E MEMÓRIA DISCURSIVA	25
1.4 A CHARGE, TEXTO E DISCURSO: A CONSTRUÇÃO DO CORPUS.....	27
2 POLÍTICA E POLÍTICO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	33
2. POLITICA NO BRASIL: TRAJETO HISTÓRICO	38
2.2 AS ELEIÇÕES NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ: UM RELATO	51
3 CARICATURA, CARTUM E CHARGE: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO	55
3.1 DESENHO: PRECURSOR DA CHARGE	55
3.2 A CHARGE E O JORNAL	56
3.3 CARICATURA, CARTUM E CHARGE: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS....	57
4 A CHARGE E O JOGO DISCURSIVO	63
4.1 O POLÍTICO EM DEBATE	64
4.2 O POLÍTICO E O SUJEITO ELEITOR	78
5 A CHARGE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	91
REFERÊNCIAS.....	96
ANEXOS	101
I MARCOS CÉSAR LUKASZEWIGS, O LUKAS... ..	101
II O CHARGISTA E O HOMEM	101

APRESENTAÇÃO

Tive uma infância um pouco diferente de outras crianças. Devido a um problema físico na perna esquerda, por sorte, diagnosticado bem cedo, fui consagrado à Maria por minha mãe, que sempre lutou para que minha vida de criança fosse a mais tranqüila possível. E, devido a esse pequenino problema, usei botas ortopédicas, caríssimas, até meus nove anos, quando, num ato de coragem (ou covardia, não sei) pedi à minha mãe para que nunca mais as usasse. Sabe como são maravilhosas as mulheres quando se fala em maternidade. Ela me concedeu este pedido. E, graças a ela, as seqüelas são mínimas. Hoje desconfio do diagnóstico. Mas a verdade é que eu via minha infância como uma criança que vê o futuro obscurecido e cheio de dificuldades. Aquelas botas - como as odiava!!!! - dificultavam, e muito, os movimentos. Na escola, eu era um menino diferente: as brincadeiras de que participava não eram as legais, como o pega-pega, pula corda, lenço atrás. Não. As minhas restringiam-se a brincar com meus soldadinhos do forte apache no jardim de minha casa, um jogo de montar com as quais fazia naves espaciais e virava personagem de Jornada nas Estrelas, ler, estudar, mas principalmente, assistir à televisão.

Assim, adquiri dois hábitos interessantes: ler “de tudo” e estudar diante da TV. Hoje sei o mal que isso me fez.... Conhecia todos os desenhos que passavam, inicialmente em preto e branco, depois coloridos. Faísca e Fumaça, Tom e Jerry, Corrida Maluca. Havia os de monstros e super-heróis: Os Herculóides (um dos meus preferidos), Liga da Justiça. Depois, vieram os seriados japoneses: Ultraman, Ultra Seven, Gamera (era uma tartaruga gigante que eventualmente salvava a Terra de outros monstros). Nesse entremeio, freqüentava salas de lojas ortopédicas e, eventualmente, um hospital.

E foi na minha última ida ao hospital que fiz um pedido a meu pai: pedi que me comprasse um livro do Júlio Verne¹. Pedi qualquer um, não importava. E, meio sem jeito, foi ele lá e voltou, no horário de visitas, com *Vinte Mil Léguas Submarinas*. Perdi a conta de quantas vezes li aquele que foi meu primeiro livro de verdade. Depois dele, vieram outros, dos mais variados estilos e autores. E, como crescia e passava a compreender o mundo diferente, mas sempre tendo os desenhos e os livros como horizonte, comecei a me interessar pelos quadrinhos. De novo, li tudo que pude, de todos os gostos e estilos. Tex, o *cowboy*, todo ele em preto e branco. Dos personagens da Disney, gostava do Pato Donald. Da Turma da Mônica, nem se fala. Já das histórias de aventura e ficção, a série dos X-men e Batman são os preferidos.

Quando cresci um pouco mais, quase adulto, os jornais tornaram-se interessantes para mim. Lia de tudo um pouco: política, economia, variedades, resumo das novelas, horóscopo. Entre os periódicos com os quais tive contato, a Folha de São Paulo era o jornal que mais me chamava a atenção. Foi através dele que conheci aquelas gravuras que geralmente aparecem nas primeiras páginas. Eram, sobretudo, bem humoradas, com uma pitada de crítica. Mal sabia eu que estava me contaminando, estava me viciando por aqueles tipos de texto.

Devido ao hábito de ler “de tudo”, num dia qualquer, abri o jornal O Diário de Maringá e lá encontrei as produções de um sujeito que assinava como Lukas...². Foi atração à primeira vista. Eis aqui um dos motivos da escolha das charges como material de pesquisa dessa dissertação.

Também as condições de produção (doravante CP) da charge, devido ao seu caráter político, contribuíram para que fosse esse o material de análise escolhido. Durante os períodos

¹ (1828 – 1905) Visionário e escritor de ficção científica, escreveu, entre outros livros: A volta ao mundo em 80 dias; Viagem ao centro da Terra; Cinco semanas em um balão; Paris no século XX.

² O nome Lukas... é uma abreviação de Marcos César Lukaszewigs, conforme o Anexo I.

em que ocorrem os pleitos eleitorais, a produção da charge em relação ao cartum e à caricatura³ é maior⁴. Ela ocorre em outros momentos, mas é nestas ocasiões que o assunto político torna-se centro de discussões nos lares, escolas, bares e, principalmente na mídia, seja ela escrita ou televisionada.

Um outro fator que foi decisivo na escolha desse tipo de texto midiático está relacionado à grande circulação do veículo de comunicação de massas em que o texto chágico é publicado. O jornal O Diário do Norte do Paraná, periódico regional, pertencente à Empresa Jornalística Editora Central LTDA, circula diariamente em 61 municípios, incluindo cidades como Campo Mourão, Cianorte, Londrina, Curitiba, além de Maringá, com a tiragem diária de 15.000 exemplares durante a semana e de 18.000 para a edição dominical.

Delineados os principais fatores que me conduziram para a escolha da charge como material de pesquisa, restavam, agora, decidir que aspectos desse tipo de material midiático efetivamente analisar, como e por que realizar essa tarefa.

Romualdo (2000) analisa a intertextualidade e a polifonia nas charges do jornal Folha de São Paulo, orientando-se principalmente nos pressupostos da Lingüística Textual. Contudo, por não constituir o foco de análise para a realização de seu trabalho, o autor não leva em conta o jogo de imagens proposto por Pêcheux nos escritos iniciais da Análise de Discurso. Tal fato ressalta a importância de se analisar o texto chágico sob uma perspectiva discursiva.

A charge também constitui motivo de análise em textos da área da saúde, como os de Xavier (1997), que analisa charges sobre Aids presentes na 1ª Bienal do Humor, e de Lopes (1999), que estuda a caricatura como aliada à medicina. É bom observar que os dois trabalhos retratam um problema que no Brasil assume caráter político, além da dimensão

³ A diferença entre caricatura, cartum e charge é discutida no capítulo 3.

⁴ Apesar de não ter tido acesso a pesquisas científicas que comprovem que o texto chágico tem uma produção muito maior em períodos eleitorais, este fato nos parece ser uma das estratégias da mídia impressa, no contexto em que se observa a midiaticização da política. No entanto, iremos problematizar essa questão no capítulo 3.

sanitária da população, na medida em que a solução para problemas como o saneamento básico e a saúde pública, ou pelo menos a minimização de seus efeitos passa, necessariamente, pela mão de nossos governantes⁵.

Magalhães (2006), por sua vez, opera com as charges eletrônicas disponíveis no *site* “charges.com.br”. A partir delas, o autor propõe uma análise do papel da memória discursiva enquanto elemento determinante na produção de sentidos desse tipo de texto midiático eletrônico, e também as maneiras através das quais essas charges reproduzem fatos da realidade, bem como interferem na interpretação desses fatos.

Por outro lado, o aspecto político⁶ presente nas charges é amplamente discutido pela intelectualidade política, como em Singer (2002), que analisa o posicionamento do eleitor dentro do espectro de direita/esquerda enquanto posicionamento ideológico. Carreirão (2004), por sua vez, tem como tema a eleição presidencial de 2002, e Radmann (2002) analisa o comportamento do eleitorado brasileiro.

Tendo a preocupação com a dimensão discursiva da charge, e considerando a relevância desse tipo de texto, tanto pelo conteúdo, que tematiza o político, quanto pela forma como é elaborada a crítica social, discursivizada através do humor, esta dissertação, amparada pela concepção de ideologia e formação imaginária oriundos da Análise de Discurso de linha francesa, tendo como base autores como Pêcheux e Orlandi, entre outros, pretende responder a algumas questões: como a mídia, representada pelo jornal O diário do Norte do Paraná, constrói as imagens do sujeito-político e do seu sujeito-leitor/eleitor pelo discurso chágico? Que imagens são projetadas nesse discurso e quais as condições de produção que permitem

⁵ Como veremos mais adiante, as charges aparecem como elementos de crítica às ações governamentais quando da Revolta contra a Vacina, no Rio de Janeiro, em 1904, cujo alvo principal, Oswaldo Cruz, Diretor Geral de saúde Pública, cargo equivalente ao de Ministro da Saúde, foi o responsável pela implantação e execução do programa de saneamento básico proposto pelo então Presidente da República Rodrigues Alves (1902 – 1906). Mais informações estão disponíveis em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252003000100032&script=sci_arttext.

⁶ O termo “político” aqui é utilizado como posicionamento, como favorável ou contrário ao grupo que governa. Sobre isso, falaremos no capítulo 2.

construir essas imagens? Para responder a estas questões, procuramos descrever as estratégias discursivas utilizadas pelo sujeito-autor-chargista (doravante SA chargista) na construção dessas imagens, e quais seus efeitos de sentidos.

Com relação à constituição do corpus para a análise das charges de Lukas..., selecionamos o período das eleições para prefeito do Município de Maringá, que compreendeu os meses de julho a novembro de 2004. Pleitearam diretamente o cargo máximo do município o candidato do Partido dos Trabalhadores e atual prefeito na época, João Ivo Callefi, e o candidato do Partido Progressista, Sílvio Barros II, e que culminou na derrota daquele e na consegüente vitória deste⁷.

O processo de seleção das charges consistiu na localização, seleção e fotografia de todas as charges publicadas no periódico O Diário do Norte do Paraná, inclusive as publicadas no caderno Diversão e aquelas disponíveis em sua versão eletrônica⁸. Depois de fotografadas ou coletadas através da internet, as charges foram organizadas por ordem cronológica de publicação. Tendo em vista a grande quantidade de charges coletada, e considerando que nossa análise não se pautava em um recorte longitudinal e cronológico, procedemos a uma segunda etapa de seleção do corpus, ancorando-nos em nosso dispositivo teórico-analítico.

Foram separadas todas as charges cujo enfoque estava relacionado ao processo eleitoral. Contudo, apesar de o número de charges ter sido reduzido, a quantidade ainda oferecia obstáculos à análise, o que nos conduziu a uma terceira etapa de constituição do corpus.

Durante esse processo seletivo, percebemos que as charges reproduziam, com certa freqüência, o cenário televisivo: de um debate, do candidato concedendo entrevistas ou ainda fazendo propostas eleitorais. Selecionamos, então, dois grupos de charges, sem levar em conta

⁷ Não é relevante à pesquisa identificar os motivos que resultaram a derrota do candidato do PT nem a vitória do candidato do PP. Estes dados aparecem na pesquisa como simples fato ilustrativo. O que é importante é a projeção das imagens que o eleitor tem dos candidatos e a respectiva imagem que o candidato tem de seu eleitor.

⁸ Disponível no endereço eletrônico: <<http://www.odiariomaringa.com.br/>>.

a ordem cronológica de publicação, mas a repetição de tal temática, a partir das quais identificamos, através da análise da materialidade discursiva, tanto no nível verbal quanto não-verbal, determinadas regularidades discursivas. Tais regularidades são analisadas sob a ótica da AD.

O fato de essas imagens representarem o cenário televisivo foi determinante no processo de constituição do corpus. Como destacamos no capítulo em que discutimos a transformação da política em espetáculo e a influência da mídia televisiva sobre o comportamento do político, a televisão aparentemente exerce influência sobre o comportamento do sujeito candidato a um cargo público e inclusive em outras mídias, como o jornal.

A dissertação está dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos os conceitos de ideologia e formação imaginária que nortearam a pesquisa e, em seguida, apresentamos as noções de formação e memória discursivas, de texto e de discurso, a partir da ótica da AD.

No segundo capítulo, dialogamos com os autores citados anteriormente para traçar um posicionamento sobre a definição de político, de política, além de apresentar, sob o aspecto histórico, o trajeto eleitoral brasileiro, desde a colônia até a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, o primeiro presidente representante da esquerda brasileira, e oriundo de classe operária. Em seguida, através de um relato, traçamos brevemente as condições de produção em que se deu o pleito eleitoral para o cargo de Prefeito de Maringá, nas eleições de 2004.

Iniciamos o terceiro capítulo com uma pequena introdução à origem do desenho como precursor dos textos chárgicos, discutimos as semelhanças e diferenças entre a caricatura, o cartum e a charge, e reafirmamos por que consideramos o objeto analisado de chárgico.

A partir do quarto capítulo, procedemos à análise dos textos chárgicos selecionados, apontando as regularidades discursivas presentes e descrevemos a projeção das formações imaginárias que o eleitor faz do político e vice-versa, a partir do esquema elaborado por Pêcheux em *Análise Automática do Discurso* (1969).

Finalmente são apresentadas algumas considerações sobre como se dá o efeito de humor na charge, sobre as formações imaginárias, sobre a ideologia, tendo em vista os resultados da pesquisa, seguidas de algumas sugestões para trabalhos futuros, visto que esta dissertação não pretende ser um fim, apenas um estímulo para que outros continuem a caminhada pela AD.

1 IDEOLOGIA, FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS E MEMÓRIA DISCURSIVA NA CHARGE: REFLEXÕES TEÓRICAS

Neste capítulo, discutiremos a definição de ideologia enquanto proposta de pensamento filosófico e a partir da ótica da AD, os conceitos de formação imaginária e de memória discursiva, o conceito de texto sobre o qual nos apoiamos e a constituição do corpus de análise a partir da produção chárstica de Lukas... para o jornal O Diário do Norte do Paraná, tendo como assunto o tema das eleições municipais de Maringá.

1.1 CHARGE E IDEOLOGIA

Texto 01



O Diário do Norte do Paraná, 22/09/2004

O termo ideologia, conforme Chauí (1984, p. 22) e Maltez (2004)⁹, foi utilizado pela primeira vez por Destutt de Tracy, no livro *Eléments d'Ideologie*.¹⁰ Significava inicialmente uma ciência das idéias. Era uma tentativa de explicar as idéias enquanto “fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente” (CHAUÍ, 1984, p. 22). Contudo, rapidamente o termo ideologia passou a ter inúmeros significados, desde sistema de pensamentos estratificados, um conjunto autônomo que estaria sujeito a leis próprias de desenvolvimento a programa político reformista.

Para a autora citada (1984, p. 10/11), a palavra ideologia é utilizada para significar a transposição da realidade social para o plano das idéias, que são concebidas como se fossem independentes da existência social e histórica do pensador. Este seria um de seus traços fundamentais: “considerar as idéias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais idéias expliquem aquela realidade, quando na verdade é essa realidade que torna compreensíveis as idéias elaboradas”. Em outras palavras: é a realidade social e histórica que determina a ideologia, não o contrário.

É importante lembrar que, quando se fala em relações sociais, estamos levando em conta, neste contexto teórico de discurso, a luta de classes, uma relação entre dominador e dominado. Uma relação em que um fornece as condições para o que o outro produza. Na Grécia antiga, eram os homens livres, de um lado, e os escravos de outro. Na Idade Média, o senhor feudal e seus vassalos. Na modernidade capitalista, de um lado temos o capital, representado pelos empresários, e o trabalho no outro extremo. Cabe, então, à ideologia

⁹ Informação disponível em <<http://topicospoliticos.blogspot.com/2004/10/ideologia-o-que.htm>>, *blog* de autoria de José Adelino Maltez, doutor e agregado em Ciência Política, e professor catedrático do ISCSP (Universidade Técnica de Lisboa)

¹⁰ Há uma divergência de datas entre os autores: em seu blog, Maltez menciona a data de 1796; Chauí traz a data de 1801.

ocultar essa realidade, naturalizando a relação de dominação e exploração de um lado e a submissão de outro, de forma que essa relação social e histórica pareça justa.

A ideologia também pode ser entendida como o conjunto de idéias de uma época, o senso comum. O texto 01, que introduz este capítulo, pode nos amparar nessa compreensão. O texto é composto por um quadro em que há dois sujeitos-interlocutores. O personagem da esquerda do leitor, com as mãos nos bolsos, profere a seqüência discursiva (doravante SD): “Bonita ideologia, candidato!”, ao passo que o personagem da direita, usando gravatas, profere a SD ”Chegou ontem!”, apóia-se em algo que lembra uma barra de ouro gigante, pois há gravada nela a inscrição “18 quilates”, termo que é usado para designar a nobreza do metal. Além disso, há marcas não-verbais, como traços diagonais na lateral da barra de ouro, bem como desenhos que lembram estrelas. Estes são recursos que os desenhistas, em geral, utilizam tais traços e desenhos quando querem mencionar que aquele objeto em questão é de grande valor.

Sem nos aprofundarmos em uma análise, tarefa executada no capítulo 3, veremos que a palavra ideologia, nesse caso, pode ser interpretada a partir de formações ideológicas¹¹ relacionadas ao comportamento dos candidatos que, no imaginário popular, fazem tudo em benefício próprio, inclusive “vender” seus princípios éticos e morais em troca de dinheiro, de poder.

Essa breve análise faz suscitar outra característica da ideologia: não há uma, mas várias ideologias, que surgem conforme a atuação de cada grupo dentro de relações sociais específicas: para o interlocutor posicionado à esquerda, no caso, há uma ideologia conservadora, baseada em princípios éticos e morais rígidos; já a partir da posição do interlocutor-candidato, há uma ideologia liberal, em que esses mesmos princípios funcionam de modo mais flexível. Na política¹², por exemplo, cada partido atua de acordo com princípios

¹¹ Discutimos o que é formação ideológica no capítulo 1.

¹² Política entendida aqui enquanto posicionamento de apoio/oposição governamental.

que atendam a um grupo social. Quem não estiver de acordo com a ideologia praticada pelo partido, pode procurar outro que apresente ideologia com a qual se identifique.

Mesmo no interior de uma ideologia, pode haver divergências quanto às opiniões de membros de um mesmo grupo, ou, melhor dizendo, formações ideológicas conflitantes, sem que isso signifique o rompimento com essa ideologia. Quando as divergências alcançam um nível em que não é mais possível o convívio, surge a ruptura e uma nova ideologia é produzida. Visto dessa perspectiva, as transformações sociais e históricas ocorrem por este tipo de funcionamento.

Em AD, ideologia, conforme Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 267), “representa uma relação imaginária dos indivíduos com a sua existência, que se concretiza materialmente em aparelhos e práticas”. Através da ideologia é que o indivíduo é interpelado em sujeito. Em outras palavras, é através da ideologia que se cria o efeito de que o indivíduo é sujeito do seu dizer.

A ideologia aparece como efeito da relação que se estabelece entre o sujeito com a língua e a história a fim de que haja sentido (ORLANDI, 2003), e tem como função principal mascarar a ligação entre a linguagem e a prática política (GADET; HAK, 1997, p. 23), por meio de aparelhos ideológicos que atuam sobre o sujeito, dando-lhe a ilusão de que ele é a origem do dizer.

É através das formações ideológicas em que este sujeito está inserido que o ser humano é colocado numa posição sujeito determinada, a partir da qual ele só pode dizer aquilo que diz porque ocupa determinada posição. Como candidato a cargo político, o sujeito profere sentenças condizentes com a ideologia dominante, como fazer promessas e propostas de campanha, na ilusão de convencer outro sujeito, este na posição de eleitor, que merece seu voto. Numa outra posição, o político que passa por um processo de cassação, poderá proferir sentenças cuja finalidade será afastar de si os olhares que o condenam ao degredo, e ainda

convencer a opinião pública, a imprensa e inclusive seus pares, de que é inocente e que, por causa da sua alegada inocência, não deve ser cassado. No entanto, essa relação não é direta. Se, por um lado, o sujeito sofre coerções da posição em que fala, em que se torna sujeito, em que é interpelado por uma formação discursiva que, conforme Orlandi (2003), determina o que pode ou deve ser dito a partir de determinada posição, em condições de produção específicas, por outro lado, o modo como diz o que diz produz um deslocamento dos efeitos de sentido.¹³

O sujeito, este é constituído pelo atravessamento de várias FDs. Esse assujeitamento¹⁴, isto é, a transformação do indivíduo em sujeito, é marcado por dizeres anteriores, que dão ao sujeito a ilusão de que é dono do seu dizer. Dizemos sempre algo que já foi dito anteriormente e, ao dizer alguma coisa, assumimos uma posição social marcada. O candidato, quando está no palanque e faz promessas como a de melhorar a praça pública, construir um novo hospital, asfaltar as ruas do bairro, faz isso porque está legitimado na posição sujeito-candidato. Ao falar do interior de uma FD, o sujeito o faz tendo em vista uma formação imaginária construída sobre o objeto do discurso.

1.2 CHARGE E FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS

De acordo com o conceito de formação imaginária, tal como formulado pela AD francesa, há lugares que estão representados em qualquer processo discursivo. Em uma charge em que o personagem candidato aparece pedindo votos num palanque, as posições-sujeito estão marcadas. O personagem candidato pode aparecer caracterizado por dizeres e sentenças

¹³ Sobre formação discursiva, ver também PÊCHEUX, Michel. A propósito da Análise Automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3 ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997. p. 163 – 252

¹⁴ Idem.

próprias da FD em que se insere enquanto sujeito candidato, como discursar para a multidão em tom inflamado, na tentativa de cativar, congregar ao redor de si aqueles que porventura apoiarão sua causa. Ou pode ainda mostrar-se solidário com os que foram ouvir suas propostas, em relação a um problema pontual, como o saneamento básico de um bairro. Dessa posição-sujeito assumirá uma postura de crítica aos governantes, caso pertença ao grupo que defende idéias contrárias à situação. Do contrário, pode assumir uma postura defensiva, em que enumere os problemas que a administração pública vem enfrentando, a fim de justificar a falta ou a ineficiência do serviço prestado, apontando, possivelmente na tentativa de convencê-los de que é a melhor escolha, soluções para os problemas ali encontrados. A ele, sujeito candidato, não caberá proferir, por exemplo, conselhos matrimoniais, totalmente fora dos conceitos de campanha. Da mesma forma, à multidão caberá o papel de ouvinte, que apoiará ou condenará o que for dito pelo candidato.¹⁵

Sobre as formações imaginárias, Pêcheux (GADET; HAK, 1997, p. 82) menciona que:

[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as *situações* (obviamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações).

Em outras palavras, todo discurso produzido por um sujeito (A) pressupõe a existência de um destinatário (B), que se encontra em um determinado lugar na estrutura de uma formação social, conforme Indursky (1997). Tais lugares estão representados nos processos discursivos a partir de uma série de imagens que designam os lugares que os

¹⁵ Sobre a determinação do sujeito, ver os esquecimentos nº 1 (ideológico) e nº 2 (ilusão de origem do dizer), em Pêcheux, Michel. *Análise Automática do discurso* (AAD 69): *Análise de conteúdo e teoria do discurso*. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3 ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997. p. 61 - 105.

sujeitos (A e B) se atribuem mutuamente: o seu próprio lugar e o lugar do outro, dentro de uma estrutura social determinada.

Para chegar a estas posições, Pêcheux (GADET; HAK, 1997) propõe que se façam quatro questionamentos, dois que se referem às imagens que A faz de si mesmo e do outro, e dois que se referem à imagem de B sobre si mesmo e sobre o outro, conforme o seguinte quadro:

Quadro 1

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja resposta subentende a formação imaginária
A { I _A (A) I _A (B)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
B { I _B (B) I _B (A)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para ele me fale assim?”
	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”

Fonte: Gadet e Hak (1997, p. 83)

Ao refletir sobre as formações imaginárias, Orlandi (2003) menciona que o sujeito tem a capacidade de colocar-se no lugar de seu sujeito-interlocutor para "ouvir" o que tem a dizer, na tentativa de antecipar o sentido que o seu dizer produzirá. O sujeito, ao agir assim, produz o discurso de certa maneira, conforme o efeito que imagina que este discurso terá sobre seu sujeito-interlocutor. São estas imagens que o produtor do discurso faz sobre si e sobre seu sujeito-interlocutor, da mesma forma que este também faz sobre sua posição e sobre a posição do outro. Acerca do mecanismo imaginário, Orlandi (2003, p. 40) afirma que:

Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica. Temos assim a imagem da posição do sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?), mas também da posição do sujeito-interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?), e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?).

Ainda conforme Pêcheux (GADET; HAK, 1997) e a autora citada (2003), esta correspondência entre as situações e as posições não é simétrica: uma situação pode corresponder a diferentes posições, ao passo que o inverso também é possível: uma posição corresponder a várias situações.

Esse jogo imaginário é um dos fatores que determina a construção de um discurso. A imagem que fazemos de nosso sujeito-interlocutor, a imagem que ele faz de nós, a imagem que fazemos do objeto de nosso diálogo. A imagem que o SA chargista faz de seus leitores. As condições de produção em que tais formações imaginárias ocorrem, ao mesmo tempo em que se atravessam, interpolam-se, interferindo umas nas outras. É esse jogo que causa os efeitos de sentido e possibilita a construção do discurso. Da mesma forma, a imagem que o sujeito eleitor faz dos candidatos a cargos políticos também é atravessada por uma memória discursiva que permite a formação das imagens que, possivelmente, influenciem o voto para este ou aquele candidato.

1.3 CHARGE E MEMÓRIA DISCURSIVA

Como memória discursiva, Pêcheux (1999, apud MAGALHÃES, 2006, p. 35), considera que é:

[...] aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-

construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição legível em relação ao próprio legível.

Orlandi (2001, p. 80) refere-se à memória discursiva como interdiscurso. Para a autora, trata-se da memória de algo que foi anteriormente e que foi esquecido ao longo do tempo, sobre a qual não temos controle e sobre o qual os sentidos são construídos.

Sobre essas imagens que o eleitor forma acerca dos candidatos, Radmann (2002), em *O que é preciso saber sobre o comportamento do eleitor*, menciona que o eleitorado é constituído por seres humanos que sonham e têm esperanças. Assim, vivem permanentemente entre a frustração e o desejo. Seria um paradoxo que explicaria as mudanças no comportamento eleitoral e a permanente busca do "bom candidato". Como não há uma mentalidade democrática participativa, no Brasil, pelo menos, os sujeitos eleitores, desprovidos de sofisticação política, agem de acordo com um quadro de referência, aquilo que o autor chama de sistema de crenças, do qual fazem parte os princípios éticos e morais, conceitos sobre fé, esperança, honestidade. Como a maioria dos eleitores não dispõe de mecanismos políticos para avaliar os candidatos, os julgamentos que fazem projetam-se em julgamentos de caráter moral: acabam remetendo ao candidato escolhido todas as suas expectativas e esperanças. Para o autor, o eleitor não acredita na política, estão distantes dos mecanismos de participação social e acabam votando movidos pela esperança, pela fé que depositam neste ou naquele que consideram o melhor.

Quando o sujeito eleitor pensa crer e confiar nessa imagem que atribuiu ao candidato, torna-se sensível a seus apelos de campanha. Dessa forma, os discursos, promessas e "atributos simbólicos" acabam sendo internalizados por esse sujeito eleitor que assume o discurso do candidato e passa a reproduzi-lo.

Também Quadros (2004) faz referência ao voto que parece ser por escolha psicológica ou afetiva, sem levar em conta aspectos programáticos. São certas imagens

políticas que os eleitores formam dos candidatos e a avaliação que fazem de suas qualidades e desempenho que determinam a escolha. Inclusive a situação social do candidato contribui para que este seja ou não merecedor do voto do sujeito eleitor.

Em suma, são as imagens que temos dos outros sujeitos, de discursos anteriores, tudo isso atravessado e interpelado por formações ideológicas que conduz nossas “escolhas”, seja para ler um jornal, rir dos cartuns e charges ou apenas ler sobre horóscopo, considerando que essas imagens e ideologias, como exterioridade, se materializam naquilo que concebemos por texto.

1.4 CHARGE, TEXTO E DISCURSO: A CONSTRUÇÃO DO CORPUS

Quais são os limites de um texto? A partir de que momento esse texto pode ser chamado de discurso? Como há diferentes teorias que definem um e outro, e é comum que se confunda a natureza de ambos, faz-se necessário que caracterizemos texto e discurso enquanto procedimento metodológico que ancora nossas análises.

Conforme Magalhães (2005), texto e discurso não podem ser considerados sinônimos. O autor faz tal afirmação a partir da leitura da definição de Orlandi (2001, p. 69) sobre texto. Para ela, texto é uma unidade de análise, em contrapartida a discurso, ou seja, “efeito de sentido entre locutores”. Através do texto, esse efeito de sentido se materializa em discurso.

Dessa forma, para a AD, o texto não pode ser caracterizado apenas por suas regras gramaticais ou seus aspectos formais. Ele pode ser constituído apenas por imagens publicadas no verso da primeira página de um folheto, ou um ensaio de várias páginas, publicado num jornal de circulação nacional, cujo assunto são as eleições municipais de uma metrópole

brasileira. Magalhães (2005, p. 44), ao citar Pêcheux, menciona que o fundador da AD já previa que as imagens também são atravessadas e constituídas por um discurso.

A partir dessa perspectiva de texto, este pode ser composto de marcas formais, tais como ortografia, concordância, regência, ou simplesmente a caricatura de um personagem ilustre da política. Contudo, a caracterização de um discurso, enquanto efeito de sentidos, como texto deve levar em conta, além dessas marcas formais, as pistas presentes na materialidade lingüística em que se inscrevem as várias possibilidades de leitura, as CP, as FDs que intervêm no processo discursivo, bem como o inconsciente e a ideologia dominante. Tais pistas surgem como possibilidade porque, ao materializar-se como texto, o discurso origina “uma unidade textual sujeita a falhas, aos equívocos e às incompletudes da língua e em relação direta com a exterioridade que a originou” (MAGALHÃES, 2005, p. 42).

Nas palavras de Orlandi (2003, p. 65), “o que nos interessa não são as marcas em si, mas o seu funcionamento no discurso. É este funcionamento que procuramos descrever e compreender.”

Salientamos que o corpus deve ser construído conforme as necessidades do analista. Em outras palavras: não há nada pronto, nem um modelo a ser seguido, tudo depende da capacidade do analista de discurso em utilizar a teoria como regente dessa sua relação com seu objeto de análise, que se constitui no principal processo de construção do arquivo. Por isso, o texto não tem uma forma definida, um tamanho tal.

Uma charge que tenha como temática as eleições para prefeito e vereadores pode ser constituída de apenas um quadro, com a representação caricatural de um dos candidatos a prefeito e referir-se a um discurso que tenha sido proferido em praça pública. Também o sujeito produtor do texto poderá representar a mesma cena com o auxílio de expressões e frases ditas pelo candidato. O desenho pode ser composto por dois ou mais quadros, dispostos em seqüência. Ainda é possível que o cartunista queira representar o dia a dia da campanha

produzindo charges e/ou cartuns que só serão compreendidos se acompanhados diariamente. O sujeito leitor, ao ler um material simbólico, é afetado pela memória e pelo contexto em que o discurso foi produzido para poder (ou pelo menos tentar) descrever e interpretar, a partir de seu quadro teórico-metodológico, a cena que é ali representada pelo discurso chágico.

Outra questão é que o texto, segundo Orlandi (2003), individualiza, enquanto uma unidade de análise, um conjunto de relações significativas, todas em função da historicidade presente no texto, pois se constitui em um todo, resultado da articulação entre a língua e a história.

Quanto à composição do texto, de acordo com a autora citada (2003), o responsável pela produção do texto pode utilizar-se de diferentes materiais simbólicos, como letras, sons, imagens; a natureza das linguagens pode ser variada: linguagem oral, escrita, de cunho científico, padrão jornalístico; as posições sujeito também variam; e ainda podem variar quanto à natureza das FDs, pois num mesmo texto há mais de uma FD, sendo que todas se organizam ao redor de uma dominante.

Assim, o texto, enquanto objeto simbólico, aberto às diversas possibilidades de sentido, constitui uma unidade que é afetada pela historicidade, pelas CP, pelas relações entre a língua, a história, a sociedade e é afetada pela ideologia, já que é o sujeito-autor que cria o efeito de unidade do texto (ORLANDI, 2003, p. 73). O texto não é o ponto de chegada do analista, mas apenas um meio através do qual ele reconhece as pistas, os equívocos que permitem estabelecer as relações sócio-histórico-lingüísticas, que se materializam, através da unidade textual, como já dissemos, no discurso, que, por sua vez, constitui-se dos efeitos de sentido; é o recorte que fazemos de um processo discursivo maior. Esse recorte, que é teórico, determina a maneira como deve ser feita a descrição e a interpretação dos fatos discursivos. O dispositivo analítico, por sua vez, pode ser diferente conforme forem diferentes os pontos de

vista que se tem desse discurso. Conforme vimos antes, o corpus vai se constituindo de acordo com a pergunta que direciona a pesquisa.

Texto 2



O Diário do Norte do Paraná, 09/09/2004

Para analisar um cartum da posição de analista de discurso, por exemplo, como o que constitui o texto 2, podemos optar por trabalhar com a materialidade lingüística associada à imagem, analisando cada uma das seqüências discursivas separadamente ou compondo um único texto. Pode ainda optar escolher determinadas palavras que compõem as seqüências discursivas, Por exemplo, temos a SD 1: “A administração daqui é boa?”, em que o advérbio de lugar daqui é utilizado para marcar o lugar a que se refere à pergunta. Aqui não é outro lugar senão a cidade de Maringá, certeza confirmada pela imagem ao fundo de um dos monumentos mais importantes da cidade, a Catedral Metropolitana Basílica Menor Nossa Senhora da Glória, conhecida pelo seu aspecto futurista e pelo tamanho, 124 metros de altura.

Ainda podemos nos apropriar da flexão verbal no presente do indicativo do verbo depender, depende, que compõe a SD 2: “Depende do programa de TV que o senhor assiste!”, em que o sujeito-interlocutor do visitante, aparentemente o motorista de um táxi, sugere que

os meios de comunicação locais, no caso as emissoras de televisão, podem contrariar o princípio de imparcialidade atribuído às empresas jornalísticas e atuarem em favor deste ou daquele candidato. A escolha do corpus constitui-se de recortes que vão significando gestos de interpretação¹⁶ diferentes.

Orlandi (2003, p. 69) apresenta o discurso como sendo o “efeito de sentidos entre locutores” e como uma dispersão de textos que, por sua vez, podem compor um discurso ainda maior. A autora reforça tal afirmação dizendo que outros textos, inclusive aqueles que ainda não foram produzidos dentro das mesmas CP, podem fazer parte de um mesmo discurso.

A partir do contexto político das eleições municipais, por exemplo, os textos, dentre os quais a charge, estarão de alguma forma, ligados a outros discursos e serão atravessados pelas FDs sobre as eleições, sobre os políticos, sobre a política e sobre o voto.

Também o discurso está sempre em processo, sempre em movimento. Podemos dizer que ele nunca se fecha, pois não é simplesmente um conjunto de textos. Conforme a autora já citada (2003, p. 71), “o discurso é um conjunto de práticas, que constituem a sociedade na história”. Por isso é tão importante, para a AD, a relação lingüístico-sócio-histórica em que se produz o discurso.

O que também diferencia o texto, enquanto lugar material no qual ocorre a relação entre linguagem, história e memória, de discurso é o fato de que um sujeito pode produzir só um texto, mas não produz só um discurso. Como já dissemos, o texto pode fazer parte de um discurso, mas este é atravessado por outros discursos que fazem parte de universos discursivos maiores.

¹⁶ Sobre os gestos de interpretação, ver ORLANDI, E.P. *Interpretação e autoria: leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

Podemos considerar que, a partir das especificidades enumeradas que compõem imagens tanto o cartum quanto a charge, ambos constituem-se em textos e como tais permitem ao analista chegar ao discurso, pois cada um deles constitui um objeto simbólico de análise, heterogêneo, que permite múltiplas interpretações.

Lembramos que, como enunciados inseridos num determinado contexto social de produção, são atravessados por FDs, dentre as quais estão as formações imaginárias em que o chargista se baseia para a produção do cartum e da charge. Essas formações imaginárias possibilitam ao sujeito leitor interpretar os discursos destes tipos de textos midiáticos.

Além disso, as FDs que envolvem a produção das charges de Lukas... são atravessadas por uma ideologia política. Tudo isso se materializa, então, nas charges, visto que portam discursos, e como tais, são marcados pelo contexto de produção, pela relação língua, história e sociedade, os pilares da AD.

2 POLÍTICA E POLÍTICO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Corten (1999) define a representação do político como a cena das forças políticas construídas pelo discurso. Essa representação é o discurso e este representa a ficção daquilo que ele nomeia como “príncipe possível” e que é o relato coerente das ações do príncipe real. O príncipe seria a imagem que este relato construisse, e do qual o príncipe real não poderia dispor.

Lembremos que a figura do político enquanto representação¹⁷ nem sempre existiu, como reforça o autor citado, pois este necessita ser representado diante do povo. Para Corten (1999, p. 39), “o político é uma construção da realidade a partir do qual (no limite) se estabelece a ‘discriminação’ entre amigos e inimigos”.

Para Lagazzi-Rodrigues (1998), o domínio do político é marcado pela retórica e pela oposição dos grupos sociais a qualquer verdade factual que vá contra seus interesses. Para chegar a esta conclusão, a autora traça um percurso em que distingue a verdade racional, a do filósofo, e a verdade factual, que se constitui de fatos e acontecimentos gerados pelos homens que vivem e agem em conjunto. Para ela, essa é a textura do domínio político. Essa relação entre a política e a verdade, filosófica ou factual, leva à identificação entre a política e o poder, num jogo de força entre dominadores e dominados, dentro de um espaço determinado por estas mesmas posições. Daí o senso comum que relaciona o domínio político ao poder e que se pode pensar a possibilidade de mudança, “a possibilidade de resistência do sujeito” (LAGAZZI-RODRIGUES, 1998, p. 43). Ainda a autora menciona que, nos termos da AD, o político deve ser pensado enquanto posições de sujeito, e que os conceitos de política e político não devem ser fechados, pois estão constantemente em processo.

¹⁷ Representação aqui é entendida como “Delegação de poderes conferidos pelo povo, por meio de votos, a certas pessoas, a fim de que exerçam em nome dele as funções próprias dos órgãos eletivos da administração pública”, Dicionário Aurélio, versão eletrônica.

Se buscarmos outros exemplos de representação política, encontraremos *O Príncipe*, de Maquiavel¹⁸. Para o filósofo italiano, um governante, no caso o príncipe, não precisa ter as virtudes que considera essenciais para ser soberano, como piedade, fé, integridade, humanidade, religião; precisa, contudo, que seus súditos acreditem que ele tenha tais atributos. Precisa criar este jogo de imagens que é necessário para manter-se no poder. Da mesma forma, o político constrói um cenário que lhe permita projetar sobre o eleitor uma imagem suficientemente convincente para que consiga permanecer ou ingressar nas esferas do poder.

Ainda Maquiavel (1998) sugere que o príncipe mantenha-se no poder agradando ao povo, sem, contudo, desagradar a nobreza. Com o político, o princípio é o mesmo: deve agradar ao eleitorado sem desagradar, ou desagradar o mínimo possível, as alianças que lhe dão sustentação política. Seguindo a máxima maquiavélica de que os fins justificam os meios, o político, assim como o príncipe, vive de alianças, ou, como menciona Angoulvent (1996), constitui-se um contrato.

Ao analisar a obra *O Leviatã*, de Hobbes¹⁹, a autora vai discutir a constituição do contrato e a política. Sobre o contrato social, menciona a autora que:

[...] este é uma transação que encerra uma promessa que só será mantida se a boa-fé e a confiança recíprocas de cada um para com todos e de todos para com cada um forem projetadas para o futuro, fazendo, assim, do Leviatã uma utopia da anterioridade em que é necessário codificar, antes, justificando a história, durante, justificando o contrato e depois, justificando a esperança. (ANGOULVENT, 1996, p. 15)

Temos que o contrato se constitui de uma promessa entre os envolvidos que dependerá da boa fé de cada um no cumprimento futuro desse acordo. Da mesma forma, o político, do alto de um palanque ou atrás das câmeras, estabelece com seu eleitor um contrato,

¹⁸ Nicolau Maquiavel. *O Príncipe*. Coleção: Os Pensadores (1998).

um acordo de que vai realizar obras, construir hospitais, combater a violência. Em troca, pede ao eleitor que o escolha como seu representante. Fica estabelecido o contrato, que é baseado numa promessa futura, que depende da boa fé de ambos: o primeiro pode não cumprir o que prometeu, e o segundo, não votar como havia prometido.

De acordo com a autora, é o contrato social que garante a igualdade buscada por Hobbes em *O Leviatã*. Essa igualdade garante aos homens o direito de governarem-se a si mesmos, o que leva fatalmente ao embate político, e até mesmo físico, já que a cada um é dado o direito de trabalhar pela conservação de seus direitos e à utilização de qualquer meio para este fim. Dessa forma, a reflexão política baseia-se na mudança do estado das coisas: do estado de guerra para o estado de paz (ou não). Estado que é decorrente da necessidade do homem de sua própria conservação, da conservação de seus direitos e o que é muito importante: a conservação desses direitos individuais passa, necessariamente, pela conservação dos direitos da coletividade, assegurados pelo contrato social. Conforme a autora, o reconhecimento dessa desigualdade entre o soberano (em nosso caso, do político) e o povo é que permite a paz.

Lagazzi-Rodrigues (1998), ao mencionar que é um fato jurídico que configura um acontecimento político através do deslocamento discursivo, aproxima-se do conceito de contrato discutido anteriormente. É a prática política que permite a constituição desses deslocamentos discursivos que instauram o fato jurídico. O estabelecimento do contrato.

O político, enquanto sujeito do discurso, assemelha-se ao príncipe de Maquiavel no sentido de que ele não precisa ter as virtudes desejadas: basta apenas parecer tê-las. Também como o soberano desejado pelo filósofo, a manutenção do poder em suas mãos decorre das alianças que fizer e da capacidade de agradar as massas sem desagradar as alianças que por ventura tenha feito. Da mesma forma, o político, se quiser ter o poder e mantê-lo, deve estar

¹⁹ Encontramos maiores informações sobre O Leviatã e o contrato social em <<http://www.arqnet.pt/portal/teoria/leviata.html>>

atento ao contrato social, que torna todos os homens iguais à medida que ele, enquanto soberano, mantém-se desigual.

A partir da segunda metade do século XX, com a velocidade das transformações e motivado pelas novas relações sociais, o espetáculo político sofreu profundas modificações. As tradicionais cenas em que o político era visto sobre um palco improvisado sobre um caminhão, em praça pública, interagindo com a multidão deram lugar a um novo formato de comunicação nos moldes da mídia televisiva.

Essa modificação do cenário discursivo político, Courtine (2003) e Piovezani Filho (2003) nomeiam como espetacularização da mídia. Nos dizeres de Courtine (2003, p. 22), “as imagens corrompem as palavras, a política-espetáculo deforma o debate de idéias: a democracia estaria doente em sua comunicação [...]. A televisão é o lugar e o meio de uma modificação profunda na eloquência política.”

A televisão torna-se o local de embate das forças políticas. O espaço público em que ocorre o teatro político e se reúnem milhares de pessoas, dá lugar aos pequenos espaços. Se antes o eleitor conduzia-se à cena política, agora a cena política dirige-se até o eleitor, que se torna um espectador solitário, confortavelmente instalado em sua sala de estar, diante do aparelho de televisão. Para Piovezani Filho (2003, p. 49), a mídia e política relacionam-se no ponto de encontro de uma atualidade com uma memória, dando uma nova caracterização à relação entre o poder e o espetáculo midiático. Configura-se a mídia como porta-voz da sociedade civil na medida em que busca uma legitimidade enquanto aparelho de enunciação desse espetáculo político e, por que não dizer, midiático.

Como a cena política mudou, também se modificaram as relações entre o político e seu eleitor. Lagazzi-Rodrigues (1998) comenta que houve uma despolitização do corpo social e a desideologização dos partidos políticos. Como já mencionamos antes, o político agora vai ao eleitor, onde ele estiver, desde que ali haja um aparelho de televisão.

Os monólogos do palanque dão espaço às formas breves, às frases curtas. A fala torna-se instantânea, privilegiando a astúcia verbal à estratégia discursiva. O aparelho político dá lugar ao indivíduo que fala em seu nome. Tal estratégia discursiva dificulta a identificação ideológica enquanto posicionamento no espectro direita/esquerda, como menciona Singer (2002). Vota-se no indivíduo, no homem que se mostra diante de nós através da televisão. Partidos, legendas e coligações perdem importância. Temos diante de nós apenas o homem político, que receberá (ou não) o voto, quase como um “personagem”.

As estratégias discursivas tendem seduzir, arrebatar o eleitor, visto que o tempo televisivo é pequeno. Com a charge, o processo é semelhante. Como o espaço é diminuto e a permanência dela em cena se resume à brevidade temporal do jornal, cabe ao chargista encontrar os meios para que consiga atingir seu leitor e provocar o arrebatamento e, quem sabe, a reflexão.

Também graças ao formato midiático imposto principalmente pela televisão, o “falar-francamente” e o “falar-verdadeiro” (COURTINE, 2003, p. 23), exigência dessa nova realidade, tornam as idéias políticas banalizadas, mínimas. O que ocorre é uma racionalização do espaço político, que provoca efeitos no campo discursivo. As regras são as da comunicação instantânea, como num comercial. Para o autor (IDEM, 2003, p. 23), “o discurso é então compreendido como produto homogeneizado de um consumo de massa”.

Outro aspecto oriundo dessa midiática política está ligado à transformação do privado em público. O homem político agora é flagrado em seus afazeres caseiros, almoçando com a família, por exemplo. O privado se torna público à medida que a câmera invade a privacidade do político, enquanto este responde às perguntas feitas quase num tom familiar. “É a câmera que dá o privado ao público” (PIOVEZANI FILHO, 2003, p. 53).

Mesmo os gestos exaltados, marca tradicional de políticos tradicionais, têm que se acomodar ao novo espaço político. No espaço político midiaticizado, os gestos são comedidos e

surge um orador, como já dissemos, que invade a intimidade de nossas casas. Apenas um problema técnico que impeça ou dificulte a transmissão é capaz de impedir que isso aconteça.

Porém, se se perdeu o contato caloroso que havia entre o político e a sua platéia, já que a multidão foi dissipada e com isso se esvaziaram os movimentos políticos²⁰, a individualização da política midiaticizada criou um paradoxo: o político virtual nos atinge um a um, individualmente. Contudo, graças ao efeito multiplicador da mídia, ele não fala a um grupo reduzido como é o caso de um comício em praça pública; fala, expõe suas idéias a muito mais ouvintes, ampliando o alcance de sua imagem, desfazendo a possibilidade do mascaramento. Graças ao alcance das câmeras, gestos faciais, movimentos corporais ganham novas dimensões e intensidades, o que dificulta a máscara, e, no dizer de Courtine (2003: 30), amplia as caretas e expressões, transformando-as em caricaturas.

A mídia política constitui-se, então, num teatro em que políticos “encenam”: agem como atores. Retomando as idéias de Maquiavel (1998) sobre o príncipe, ele não precisa ter realmente virtudes, como ser compassivo, fiel, humano, íntegro, religioso; basta apenas aparentar tê-las.

2.1 POLÍTICA NO BRASIL: TRAJETO HISTÓRICO

A história política brasileira sempre foi marcada pelo jogo de interesses. Já na carta de Caminha sobre o Descobrimento do Brasil,²¹ podemos notar que não havia apenas boas intenções por parte de nossos irmãos lusitanos. O documento descreve os primeiros contatos dos portugueses com os índios, dá conselhos ao rei, D. Manuel, dizendo que a principal

²⁰ Política aqui vista enquanto paixão coletiva

²¹ A Carta de Pero Vaz de Caminha por ocasião do Descobrimento do Brasil pode ser encontrada na íntegra no endereço eletrônico: <<http://www.eduqnet.net/cartacaminha.htm>>.

semente que se pode lançar na terra é o do “acrescentamento da fé”, da salvação através da religião²². Contudo, não é só a propagação da fé católica que importa aos descobridores: o interesse pelas riquezas do país, principalmente ouro e prata, consta de nossa certidão de nascimento.

Barbosa (1988), nesse sentido, traça um caminho que vai desde os primeiros atos políticos no Brasil do descobrimento até pouco depois do fim da Ditadura analisando aspectos da política brasileira. De acordo com a autora, quem pensa que as negociatas políticas são um hábito contemporâneo, engana-se. Contudo, ela faz o alerta de que não podemos culpar apenas os nossos colonizadores por nosso subdesenvolvimento, apesar de deixar transparecer, em todo seu discurso que, se não são totalmente culpados, são os grandes responsáveis. Ela comenta que os soberanos portugueses preferiam esbanjar as riquezas de nossa terra em vez de praticar uma colonização voltada para o desenvolvimento da colônia, diferentemente da colonização inglesa ocorrida na América do Norte.

Resumindo: o exercício do poder público no Brasil quase sempre traduziu incompetência crônica conjugada à malandragem, almejando seus detentores muito mais as delícias do poder do que com seus ônus e responsabilidades. (BARBOSA, 1988, p. 26)

Em sua caminhada pela História, a autora menciona que os arranjos políticos já eram comuns mesmo no período colonial brasileiro. No período que antecede a partida de D. João VI, por exemplo, os arranjos políticos e as manobras de bastidores foram corriqueiros. Mesmo após a Proclamação da Independência por D. Pedro I, os interesses das elites acabaram por prevalecer. Quanto à população, Barbosa (1988) e Carvalho (2004) mencionam que sua

²² [...] o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. E que não houvesse mais do que ter Vossa Alteza aqui esta pousada para essa navegação de Calicute bastava. Quanto mais, disposição para se nela cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, acrescentamento da nossa fé!

participação era praticamente nula em todo processo. Mesmo após a Assembléia Constituinte de 1823, havia restrições aos interesses portugueses e respaldo aos interesses dos grandes proprietários rurais brasileiros. Em relação aos interesses do povo, esses ficavam em segundo plano.

Durante o primeiro império, os choques de poder entre o Imperador e os parlamentares fizeram com que D. Pedro I dissolvesse o parlamento e constituísse um grupo de notáveis que redigiu um novo projeto constitucional, muito parecido com aquele da Assembléia Constituinte de 1823, mas instituindo o Poder Moderador, que facultava ao monarca atribuições como a escolha de senadores, livre nomeação de ministros, veto aos atos do Poder Legislativo. Institui-se, na verdade, um poder absoluto, que se manterá até 1826, em que D. Pedro I é esse soberano. Assim, o poder era manipulado conforme as diretrizes do partido português.

Diante de tais atitudes, é evidente que a grande maioria se quedava indiferente, distante dos bastidores do poder, sem nenhuma informação, e achando tudo muito natural. Ao mesmo tempo, as Instruções Eleitorais determinadas pela Constituição, e que definiam através de um processo longo e complicado (as eleições comportavam duas fases distintas, as de 1º grau e as de 2º grau, e duravam vários dias) quem tinha acesso à representação, favoreciam muito poucos. (BARBOSA, 1988, p. 31)

De acordo com a autora (IDEM, 1988) e Castello Branco (2002), a Constituição de 1824 determinava que, para que alguém fosse eleitor e elegível, deveria possuir certos bens, e ainda saber ler e escrever, o que era considerado indicador de renda legal, conforme Carvalho (2004). Além disso, havia outros critérios que excluía a maioria da população do processo eleitoral. Por exemplo, para participar da eleição primária, era preciso ter 25 anos, ser religioso e possuir renda líquida anual superior a 100 réis. Já para votar em deputados e senadores, a renda não poderia ser inferior a 200 réis. Para concorrer ao cargo de deputado, a

renda não poderia ser inferior a 400 réis, e para senador, 800 réis. Por aqui é possível perceber a discriminação e o distanciamento da população do processo eletivo e principalmente, do poder, que permanecia nas mãos dos poderosos.

E assim, enquanto os proprietários, os “cidadãos de primeira classe” eram legalmente os detentores do poder, a maioria assistia ao desenrolar dos eventos mais marcantes havidos ao longo de nossa história – os quais estiveram longe de representar uma unidade nacional – sem que pudesse entrever qualquer participação que refletisse uma consciência popular mais profunda. O “povo”, quando esporadicamente envolvido, ia a reboque dos organizadores de determinados movimentos políticos importantes. (BARBOSA, 1988, p. 33)

A classe média emergente (constituída por intelectuais, padres, militares, funcionários, artesãos), que ia contra a maré queria também acesso ao poder. A defesa do povo não passava de retórica. Mesmo que a liberdade e a justiça social tivessem ficado a desejar, o povo não tomava atitudes revolucionárias contra os poderes constituídos. É importante ressaltar que a autora reforça essa passividade popular e diz que ela se estendeu aos negros após a libertação.

Além disso, ainda havia tumultos, agressões físicas, fraudes que sempre estiveram presentes no processo eleitoral no Brasil. Mas a violência que surge é antes um ato individual, nunca um ato de “consciência popular que exija seus direitos, benefícios ou atitudes coerentes por parte do poder.” (IDEM, 1988, p 34). Mesmo processos como a Abolição da Escravatura não ocorreu com a participação popular. Antes, ocorreu por pressões externas, principalmente da Inglaterra, que burlou inúmeros tratados comerciais, o que onerou a mão de obra escrava e a tornou inviável. Assim, os escravos foram libertados e o Brasil ganhou um novo problema: a massa de ex-escravos, agora assalariados, aos quais se juntavam os párias da sociedade e que vagavam pelas cidades e pelo campo.

Assim, enquanto nos Estados Unidos, em 1886, o capitalismo industrial já era uma realidade, o Brasil rural e agrário era comandado por uma oligarquia que preferia tudo importar; possuíamos escravos e os americanos um operariado urbano; tínhamos um Imperador e eles um Presidente. (BARBOSA, 1988, p. 36).

Carvalho (2004), ao tratar da constituição da República no Brasil, comenta que, após a consolidação de uma unidade política, a temática nacionalista só foi retomada quando o Governo teve que enfrentar os problemas da escravidão e da imigração estrangeira. Para o autor, a abolição da escravatura foi mais um problema político que social; foi a solução encontrada a fim de que se evitassem as fugas em massa de escravos e a necessidade de atrair mão-de-obra livre para as regiões cafeeiras.

Barbosa (1988) comenta que, mesmo recebendo pelo seu trabalho, o ex-escravo, uma nova classe social surgida a partir da Abolição da Escravatura, manteve a mentalidade de senzala, apesar de livre, mantinha-se acorrentado por fatores agora de ordem cultural. Como não havia quem os obrigasse ao trabalho, avalia a autora, os ex-escravos permaneciam de forma preguiçosa e malandra em clima de festa, trabalhando o mínimo necessário para sua subsistência e reproduzindo a aversão ao trabalho aprendida com o colonizador português. Nas palavras da autora: a “miséria surgiu esplendorosamente bem-humorada e festiva. Com a abolição, consolidou-se de uma vez por todas o reino da malandragem” (BARBOSA, 1988, p. 39).

Na opinião da autora, o escravo apenas reproduziu essa espécie de repugnância pelo trabalho. Numa terra em que todos queriam ser doutores, que valorizava o trabalho intelectual, não o que exigia força física, o ócio parecia ser a medida certa. Isso talvez explicasse a dificuldade, ou melhor, a passividade do povo diante dos problemas sociais ainda presentes na atualidade. Ainda sob a avaliação da autora, há tentativas isoladas de mudança,

mas elas não passam disso, ou porque não têm força suficiente para tal, ou porque simplesmente as mudanças não parecem importar tanto assim.

Sobre essa passividade, Carvalho (2004, p. 67), argumenta que as massas não eram organizadas, e o “grosso da população não se interessava por política.”

Nos dizeres do autor:

No Brasil não havia povo político, não havia cidadãos, nem mesmo na capital do país. A política era, na melhor das hipóteses, assunto dos estados-maiores das classes dominantes. Na pior, produto das rivalidades dos chefes militares, entrando o povo apenas fortuitamente como massa de manobra. (IDEM, 2004, p. 67)

O autor afirma que, antes da Proclamação da República, quando havia participações populares, elas eram arranjadas e de efeito puramente “cosmético”, depois de 1889 tornaram-se mais freqüentes e variadas, como a Revoltas da Armada²³ e da Vacina.

De uma afirmação inicial de apatia, de inexistência de povo, passa-se então para outra, que afirma a presença de elementos da população politicamente ativos, mas que não se enquadram no conceito de povo que os observadores tinham em vista. Não eram cidadãos. (IBIDEM, 2004, p. 72)

Mesmo no início do século XX, a participação popular ainda era mínima, e o processo eleitoral deturpado. De acordo com o autor acima citado, o cidadão republicano tinha acordos com o político, e o verdadeiro cidadão estava afastado do governo. Quanto aos representantes do povo, esses “não representavam ninguém, os representados não existiam, o

²³ Rebelião promovida por algumas unidades da Marinha brasileira contra o governo de Floriano Peixoto. Começa no Rio de Janeiro em setembro de 1893, estende-se à Região Sul e prolonga-se até março de 1894.

ato de votar era apenas uma operação de capangagem” (CARVALHO, 2004: 89)²⁴, em que os capangas e capoeiras eram contratados para garantir que o resultado fosse o esperado pela elite dominante.

Caminhando um pouco mais na história brasileira, chegamos ao Governo Vargas²⁵ e à modernização ocorrida no Brasil. Durante este período, as mulheres conquistaram direito ao voto²⁶, houve o surgimento de novos extratos sociais, principalmente nos grandes centros, como o moderno empresariado, uma classe média de nível universitário e uma classe operária especializada e que, de uma ou outra maneira, exerciam pressão na sociedade civil. Na medida em que se organizavam, eram (e ainda são) capazes de movimentos reivindicatórios, cujos níveis de mobilização e negociação têm o poder de influenciar as decisões governamentais.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, com a vitória aliada, houve uma pressão para a volta da democracia ao país. Assim, Getúlio Vargas permitiu a reorganização partidária e convocou as eleições. Foi eleito como Presidente, o general Eurico Gaspar Dutra, candidato apoiado por Getúlio²⁷. As cédulas eleitorais foram produzidas pelos próprios partidos e continham apenas o nome de um único candidato, conforme Castello Branco (2002)²⁸.

A influência política de Getúlio Vargas era tão grande que ele volta ao poder em 31 de janeiro de 1951, desta vez eleito pelo povo. Contudo, a história de Vargas seria abreviada por acontecimentos trágicos. Pressionado por interesses econômicos estrangeiros com aliados no Brasil como Lacerda e Adhemar de Barros, é levado ao suicídio a 24 de agosto de 1954.

²⁴ A Revista Aventuras na História, edição 41, de janeiro/2007, p. 46-51, apresentou reportagem com o título “Gangues do Rio”. A reportagem refere-se aos grupos de capoeiras que dominavam as ruas cariocas e sua participação nos processos eleitorais dos séculos XIX e XX no Brasil.

²⁵ Sobre a biografia de Vargas, consultar o endereço <<http://www.culturabrasil.pro.br/vargas.htm>>

²⁶ As mulheres conquistaram o direito ao voto em 1932.

²⁷ Concorreram com o general Eurico Gaspar Dutra (PDT/PSD), que governou o País de 1946 a 1950, Eduardo Gomes (UDN) e Yedo Fiúza (PCB).

²⁸ Somente em 1955 é que a Justiça Eleitoral encarregou-se de produzir as cédulas eleitorais.

Conta ainda Castello Branco (2002) que a década de 60 foi marcada por grandes festivais de música brasileira. Mas o que é relevante para este trabalho é a tomada do poder pelos militares, que governaram o País de 1964 até 1985, quando Tancredo Neves é eleito o primeiro presidente civil depois de 21 anos de Ditadura Militar.

Durante o período em que os militares governaram o país, proibiram o voto direto para Presidente da República, Governador, Prefeito e Senadores. Além disso, o Governo Militar fechou emissoras de rádio e televisão e a censura tornou-se uma prática comum e muitos políticos tiveram seus direitos políticos cassados. Vários foram perseguidos pelo regime; alguns exilados, torturados ou mortos em nome da democracia.

Barbosa (1988) menciona que, a partir da década de 70, o papel da oposição da sociedade civil tornou-se mais acentuado contra o governo militar. Isso se ocorre principalmente depois do desgaste do milagre econômico e dos atos de censura do Governo.

Contra a Ditadura, insurgiram-se nomes importantes da intelectualidade brasileira. Caetano Velloso, Chico Buarque de Hollanda, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Gabeira, são alguns nomes. Na imprensa, conforme Albano (1999)²⁹, surge em 1969 O Pasquim³⁰, fruto das idéias de Hélio Jaguaribe, o cartunista Jaguar, e dos jornalistas Tarso de Castro e Sérgio Cabral. Inicialmente um jornal de crítica de costumes, assumiu o caráter político, a ponto de se tornar o mais importante jornal de oposição ao Regime Militar, atingindo em seu ápice a tiragem de 200.000 exemplares. Perseguido durante a ditadura, sobreviveu na oposição durante 22 anos, quando encerrou definitivamente suas atividades em 1991. Figuras como Ziraldo, Millôr Fernandes, Henfil, Paulo Francis participaram da redação

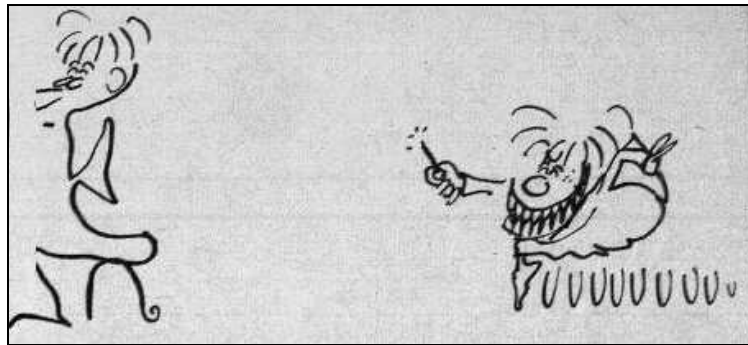
²⁹ Mauro Albano, com a colaboração de Mirella Domenich. Oposição em Ipanema. Texto originalmente publicado no jornal Esquinas de SP, em 19/11/1999, e disponível na íntegra no endereço eletrônico: <http://www.facasper.com.br/jo/reportagens.php?tb_jo=&id_noticias=52>, ou ainda nos endereços eletrônicos: <http://pt.wikipedia.org/wiki/O_Pasquim>, e <http://novaescola.abril.com.br/ed/119_fev99/html/junho.htm>

³⁰ Para saber mais sobre O Pasquim, consultar BRITTO, Patrícia Duarte. **Gestos do silêncio**: a censura e a resistência no discurso pasquiniano. Monografia (Pós-Graduação “*Latu Sensu*” em Língua Portuguesa – Departamento de Letras) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR: 2005

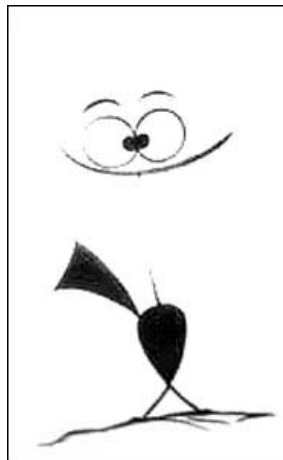
do jornal. Figuras ilustres como os fradinhos e a graúna, desenhados por Henfil, foram críticos do regime.

Depois de 74, com o começo do processo de abertura do governo Geisel e a diversificação industrial, os sindicatos evoluíram num sentido contestatório em relação ao Estado. Começa um processo de modernização política com a característica da participação popular. A sociedade, como um todo organizado, passa a reagir contra o aparelho repressivo do Estado.

Fradinhos



Graúna



Com o fim do Regime Militar, o PMDB, símbolo de oposição à Ditadura, angariou valioso público, extremamente receptivo às suas mensagens, principalmente com o apoio da Rede Globo. A campanha das “Diretas Já” para Presidente da República levou milhões aos showmícios em que a multidão aplaudia, junto com seus artistas, os oradores de cada partido. As Diretas foram um ponto de partida para o processo de consenso nacional. Contudo, Tancredo de Almeida Neves, representante do desejo popular e que havia sido eleito pelo Colégio Eleitoral, caiu doente na véspera de sua posse, vindo a falecer dia 21 de abril do mesmo ano. Tal acontecimento teve ampla cobertura da mídia.

Assume o vice, José Sarney, que baixa um pacote de medidas econômicas em 28 de fevereiro de 1986. Entre as medidas, houve o congelamento de preços, tarifas, serviços e salários. A inflação no período era altíssima e afetava a todos, sem distinção. A situação era crítica. Contudo, o Plano Cruzado fracassaria nove meses depois.

A classe média baixa, cada vez mais presente nas ruas e praças, passa a ter mais poder de influência nas escolhas políticas através da força numérica de seu voto. Essas massas organizam-se em sindicatos, associações de moradores, clubes. Há a difusão de informações (e há, sem dúvida, a manipulação dessa informação por aqueles que detêm o poder), sobretudo através do rádio e da TV.

Diante do processo que se vai desenrolando, pode-se verificar que, se por um lado, não existe um “proletariado para si”, consciente e revolucionário, apto a instalar sua “ditadura”, por outro, as mistificações do poder político sobre as massas encontram atualmente certos limites que antes não existiam, como, por exemplo, a incerteza da compra do voto por parte de candidatos a cargos eletivos ou a redução do “coronelismo” (BARBOSA, 1988, p. 25). Conforme a autora, permanece, entretanto, a ilimitada força sobre a massa, do carisma e da mentira política, irresistíveis, diga-se de passagem, para todos os povos, de todas as sociedades e de todas as épocas.

Em 1988 é promulgada a nova Constituição, que institui eleições diretas em dois turnos para Presidente da República. Surgem como possibilidades ao Governo Luiz Inácio Lula da Silva, o representante da esquerda brasileira, e Fernando Affonso Collor de Mello, ex-governador de Alagoas e representante da ala conservadora no país.

Benites (2002),³¹ comenta que o país vivia um momento de grande expectativa. A inflação e a recessão precisavam ser vencidas. Tanto Collor quanto Lula representavam a possível solução para tais problemas. Singer (2002), relata que ambos constituíam uma forma de oposição ao governo vigente. Collor derrotou Luiz Inácio Lula da Silva no segundo turno da eleição 1989. Lula era migrante nordestino e ex-metalúrgico, que surgiu como esperança da classe trabalhadora de ascender ao poder. Já Collor pregava a moralização política, a luta em favor dos descamisados, o combate ao que ele chamava de “marajás”, o fim da inflação, a redução do controle do Estado sobre a economia, a abertura da economia e apoio às empresas brasileiras para que se tornassem competitivas no mercado externo.

Empossado em 15 de março de 1990, lançou mão, já no dia seguinte a sua posse, do plano de estabilização econômica, o *Plano Collor*, baseado no confisco monetário, congelamento de preços e salários e na reformulação dos índices de correção monetária. Tomou medidas para o enxugamento da máquina do Estado, demissão em massa de funcionários e extinção de empresas públicas. Ao mesmo tempo, anunciou providências para a abertura da economia nacional à competição externa e facilitou a entrada de capital estrangeiro no país.

Contudo, o *Plano Collor*, além de não acabar com a inflação, aumentou a recessão. Isso e os boatos de envolvimento de altos funcionários do governo com uma rede de corrupção causaram a desconfiança popular nas intenções do governo. Quando os boatos

³¹ Para saber mais sobre a ascensão de Collor à Presidência da República, ler BENITES, Sonia Aparecida Lopes. *Contando e fazendo a história: a citação no discurso jornalístico*. São Paulo: Arte & Ciência; Assis: Núcleo Editorial Proleitura / 2002.

tornaram-se denúncia em 25 de abril de 1992, através de uma entrevista do irmão do Presidente Pedro Collor de Mello à Revista Veja, a situação agravou-se. O entrevistado falava de um esquema de corrupção, que envolvia o tráfico de influências e irregularidades financeiras, mais tarde conhecido como Esquema PC, em referência ao nome de Paulo César Farias, amigo e tesoureiro de campanha de Collor. Essas denúncias, junto com outras que surgiram no decorrer do ano, levaram o Congresso Nacional a instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as responsabilidades. Manifestações organizadas por diferentes seguimentos sociais ocorreram no país inteiro: os estudantes pintaram seus rostos e foram às ruas, os “caras-pintadas”, e a mídia intensificou a veiculação e a discussão dos fatos. As manifestações levaram o Congresso a votar o *impeachment* do Presidente, em 30 de dezembro de 1992. Collor teve seus direitos políticos cassados por oito anos e foi denunciado pela Procuradoria Geral da República pelos crimes de corrupção e formação de quadrilha, além de afastar-se de suas funções presidenciais.

Com o afastamento de Collor, seu vice, Itamar Franco, assume a Presidência. Alvo da classe humorística por causa do topete de cabelo que usava, era freqüentemente assunto de piadas, cartuns e crônicas jornalísticas.

Durante o período em que esteve na Presidência, tomou certas medidas que foram consideradas populistas. Uma delas foi a idéia de fabricar um carro a custos populares³², o que fez com que uma das grandes montadoras brasileiras optasse por ressuscitar o Fusca, um ícone da indústria automobilística do país. Itamar acabou sendo, inclusive, garoto-propaganda do carro, pois passeou num deles quando ainda era Presidente da República. Porém, o carro, deixou de ser fabricado alguns anos depois porque não tinha condições mercadológicas de competição com outros modelos que surgiram com linhas modernas, econômicos, mais confortáveis que o velho Fusca.

³² O custo do carro era de 7.000,00 dólares.

Depois de vários fracassos com planos econômicos em governos anteriores, o Governo de Itamar Franco começa, ainda no final de 1993, a implantação de um pacote de medidas econômicas a longo prazo que daria origem ao Real, em 1º de julho de 1994³³. Como resultado, os índices inflacionários foram abrandados e a recessão perdeu força, o que deu aos brasileiros uma ponta de esperança de vencer o monstro da inflação e o desemprego, crescente no país.

Fernando Henrique Cardoso, na época Ministro da Fazenda e considerado “pai do Real”, ganha força e popularidade, saindo como candidato à Presidência para o pleito seguinte, e disputando com Lula o segundo turno das eleições presidenciais de 1994.

Temendo que o ex-metalúrgico provocasse mudanças na economia e acabasse com as conquistas do Plano Real, isso aliado ao fato de que o ex-ministro era um homem estudado, culto, que falava vários idiomas e detinha o respeito da comunidade internacional, a população opta pelo sociólogo. Assim, assume Fernando Henrique, que seria novamente eleito em 1998.

Depois de oito anos de Governo FHC, a inflação estava controlada, mas ainda havia outros problemas infra-estruturais, como o desemprego, a saúde e a falta de moradias. Tal situação desgasta a imagem governista que, no pleito seguinte, não consegue eleger um sucessor. Elege-se Presidente da República o mesmo metalúrgico que fora derrotado nas eleições anteriores.

Luiz Inácio Lula da Silva torna-se o primeiro homem vindo da camada operária a assumir o posto mais alto da República Federativa do Brasil, e com ele carrega todas as esperanças de mudança para a população.

³³ Sobre o Plano Real, acessar o endereço eletrônico <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/real/realhist.asp>> ou a E.M. Interministerial Nº 205/MF/SEPLAN/MJ/MTb/MPS/MS/SAF, de 30 de junho de 1994.

2.2 AS ELEIÇÕES NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ: UM RELATO

A história eleitoral da última eleição municipal³⁴ guarda semelhanças com o histórico eleitoral da nação que votou em Luiz Inácio Lula da Silva para Presidente da República em 2002. Tanto o país quanto o município elegeram pela primeira vez um legítimo representante da esquerda brasileira. É possível, inclusive, que a eleição do representante petista em Maringá, bem como o crescimento da esquerda no país todo tenha sido motivada pela expectativa do final do governo de Fernando Henrique Cardoso e a possível eleição de um Presidente que, além de ser um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, é oriundo da camada popular menos favorecida.

Assim, em 2000, José Cláudio Pereira da Silva foi eleito o primeiro mandatário maringaense pertencente ao PT. A cidade, na época governada por Jairo Gianoto, estava envolvida por uma série de denúncias de corrupção e de desvio de verbas no governo municipal. Um momento propício para o voto de mudança, já que muitos acreditavam na honestidade e correção dos membros do Partido dos Trabalhadores, por ser o partido representante das camadas populares, como Lula.

Contudo, o mandato de José Cláudio, como preferia ser chamado, não pôde ser levado a termo, devido a um problema de saúde que lhe tirou a vida em setembro de 2003. A partir daí, assume definitivamente o vice, João Ivo Callefí, que já vinha conduzindo o município esporadicamente, devido aos afastamentos cada vez mais freqüentes de José Cláudio. O vice, então, governou o município até o final de seu mandato, em 2004, ano de eleições para Prefeito e Vereadores.

³⁴ O relato que apresentamos foi baseado nas reportagens e entrevistas publicadas pelos dois periódicos maringaenses de maior circulação: O Hoje e O Diário do Norte do Paraná.

Já nos primeiros meses do ano, a cidade movimenta-se para saber quais seriam os candidatos que disputariam a Prefeitura, o que só ocorreu nos últimos dias de junho, prazo final para que os partidos escolhessem seus representantes. Ao final do processo, nove seriam os candidatos que disputariam o pleito³⁵.

Contudo, a disputa ficou mesmo em torno de três nomes: João Ivo Callefi, do PT e atual prefeito, apoiado pelo PHS e PC do B; Manuel Batista Junior, o Dr. Batista, da coligação que reuniu o PTB, PFL e PMN; e Sílvio Barros II, do PP, coligado ao PSDB, ao PDT e ao PRTB.

Como em qualquer campanha eleitoral, logo surgiram ataques e acusações, tanto da situação quanto da oposição. Na busca pelo voto, diversas estratégias foram utilizadas. Assim prosseguiu a campanha, até que o candidato do PTC - Partido Trabalhista Cristão, Rogério Mello, apresentou, em seu programa de televisão do dia 13 de setembro de 2004, uma fita em que membros da prefeitura e donos de postos de combustíveis discutiam a doação de 5 mil litros de combustível para a campanha petista, em troca do afrouxamento da fiscalização do Procon sobre um possível cartel de postos para a manutenção do preço dos combustíveis.

Essa gravação rendeu muitos dias de debates e acusações entre os candidatos. Contudo, não foi só isso que aconteceu. Entre os muitos episódios, a proibição da exibição, primeiro de um programa em uma das emissoras de televisão locais, depois da programação inteira, tanto da emissora, quanto da rádio pertencentes a Pinga Fogo de Oliveira e ao irmão de um dos candidatos, foi um dos pontos altos da campanha. Isto ocorreu porque, de acordo com a Justiça Eleitoral, os veículos de comunicação eram utilizados como meio de campanha para o candidato Sílvio Barros.

³⁵ Onze nomes surgiram, mas dois foram impugnados devido a irregularidades no processo eleitoral.

Mas a briga pelo espaço eleitoral não se restringiu ao rádio e à tv. Logo houve a polarização, ainda que velada, quanto à posição dos dois maiores jornais da cidade. O que se falava era que o *Hoje* apoiava o candidato do PT, enquanto que *O Diário* apoiaria Sílvio Barros. Contudo, não há, ainda, pesquisas que comprovem tal posicionamento.

Quanto à disputa, o *Hoje* e *O Diário* publicaram, quase diariamente, reportagens sobre a campanha de cada candidato. Além disso, muitas pesquisas³⁶ sobre intenções de voto também estamparam as páginas dos periódicos. Dos candidatos que realmente tinham condição de se eleger, Dr. Batista foi o que apareceu na frente em quase todas as pesquisas ocorridas antes da eleição para primeiro turno, em três de outubro. Um dado que merece ser analisado está associado ao possível oponente de Dr. Batista no segundo turno: conforme variava a origem da pesquisa e o jornal onde essa era publicada, variava também o candidato: em o *Hoje*, João Ivo Caleffi sempre aparecia em segundo lugar; em *O Diário*, era Sílvio Barros quem ocupava tal posição.

Ao final do primeiro turno, com a eleição do dia 03 de outubro de 2004, e apurados os votos, uma surpresa. O Dr. Batista ficara fora da disputa pela prefeitura. João Ivo Caleffi que obteve 49.536 votos, 28,41% do total de votos válidos, e Sílvio Barros, com 42.979 votos, ou 24,65%, disputariam o segundo turno.

Logo no início do segundo turno, as acusações de ambos os lados recomeçaram, até que um fato novo surgiu. O jornal *O Diário* publicou matéria, no dia 26 de outubro, mencionando que a mãe do ex-prefeito petista José Cláudio, a senhora Maria Aparecida Beraldo Pereira, gravara programa em que apoiava o candidato Sílvio Barros e que proibia ao Partido dos Trabalhadores de usarem imagens de seu filho, pois, para ela, os petistas teriam desvirtuado a imagem de seu filho. É impossível afirmar com certeza que tal reportagem tenha influenciado os resultados finais da eleição.

³⁶ Além do Instituto Experience, realizaram pesquisas durante o pleito eleitoral o Instituto Datacenso e o Ibope.

Já caminhando para o final da campanha, pesquisas indicavam que o candidato pepista encostara em João Ivo e, uma das últimas pesquisas do Instituto Experience já dava 7,6% de vantagem a Sílvia Barros, o que ocorria pela primeira vez no segundo turno. Tal fato se confirmaria na eleição do dia seguinte. Sílvia Barros II é eleito Prefeito com 92.052, o equivalente a 53,51% dos votos válidos, contra 79.983 votos de João Ivo, ou 46,49% do total.

Cabe aqui uma pergunta: é possível que os eleitores tenham votado em Sílvia apenas por que ele ganharia a eleição, conforme previam os dados da pesquisa publicada em O Diário? Será que os sujeitos eleitores votam para ganhar, como se o pleito eleitoral fosse uma competição que premia o vencedor? É difícil afirmar sem uma pesquisa séria sobre o assunto.

3 CARICATURA, CARTUM E CHARGE: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

3.1 DESENHO: PRECURSOR DA CHARGE

Desenhar pode ser considerado uma habilidade humana. Apesar de várias experiências com animais, o homem é o único ser que consegue representar o real através do desenho.

O ser humano, ao contrário daquilo que muitos podem pensar, não nasceu com essa habilidade. Acompanhando o desenvolvimento humano, desde os primeiros humanóides até o que somos hoje, a capacidade cerebral também se desenvolveu. O homem dominou o fogo, criou a roda, fez utensílios que lhe permitiram caçar animais, inclusive maiores que ele. A família foi, provavelmente, o primeiro núcleo social que existiu, de grunhidos e gritos, os humanóides desenvolveram a capacidade de articular palavras. Com a habilidade de falar permitiu que desenvolvesse o contato com outras famílias e se constituíram as sociedades. No princípio, por uma questão de sobrevivência.

Com a evolução, surgiu a necessidade de se registrar a realidade. Surgidas no Período Paleolítico (100.000 – 10.000 a.C) as pinturas nas cavernas, também chamadas de arte rupestre, constituíam um tipo de pintura rudimentar que representava momentos da vida social, como a criação de animais, a família, as caçadas. As pinturas rupestres mais antigas datam de 25.000 a.C., e se encontram na Espanha, sul da França e sul da Itália³⁷.

A partir do que Tasso (2005, p. 149) define como desenho, podemos dizer que, da mesma maneira, as pinturas rupestres eram “formas de expressão dos sentimentos e das

³⁷ Conforme o endereço eletrônico <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=45>>.

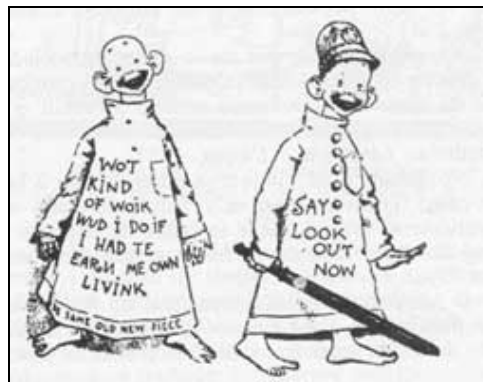
impressões visuais da natureza humana”. Em outras palavras: tanto no passado como no presente, o desenho é uma das formas de representação do real.

Essa maneira de representar o real sofreu modificações com o decorrer do tempo. Das paredes das cavernas, transferiram-se para os mais variados tipos de suporte: livros, jornais, revistas e, atualmente, a internet. Ganhou em cor e em movimento, graças às novas tecnologias que foram sendo desenvolvidas através dos tempos. Seu aparecimento na mídia impressa também foi se transformando, tanto sob o ponto de vista formal quanto ideológico, assumindo feições políticas.

3.2 CHARGE E O JORNAL

A história da união entre as ilustrações e os periódicos, principalmente o jornal, teve seu início oficial a partir do século XIX, com a publicação, em 1835, nos Estados Unidos, da primeira gravura, segundo Romualdo (2000). Entretanto, foi através do *Yellow Kid*, desenhado por Richard Fenton Outcault, que o teor crítico desse tipo de ilustração ganha realmente espaço nos jornais.

YELLOW KID



Fonte: Cronologia do Desenho

Yellow Kid, ou simplesmente o Garoto Amarelo, teve sua primeira aparição nas páginas do periódico *New York World* em 17 de fevereiro de 1895. Orelhudo, de cabeça grande e vestindo um camisolão amarelo³⁸, Mickey Dugan, verdadeiro nome do inusitado personagem, tornou-se célebre graças às frases panfletárias ou cômicas que apareciam a cada quadrinho. É o Garoto Amarelo que marca o início dos quadrinhos como conhecemos e a “imprensa amarela”, também chamada de marrom graças ao seu teor sensacionalista (ROMUALDO, 2000).

3.3 CARICATURA, CARTUM E CHARGE: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

Como há vários tipos de gravuras circulando em periódicos, é importante apontar as semelhanças e diferenças entre a caricatura, o cartum e a charge.

No Brasil, as caricaturas e charges já freqüentavam os periódicos no século XIX. Contudo, foi nos primeiros anos do século XX, mais precisamente durante o Governo de Rodrigues Alves (1902 – 1906), que estas ilustrações demonstraram seu poder de retratar o político. O Rio de Janeiro, capital da República, atravessava um foco de epidemias, que iam da varíola à febre amarela, ocasionadas principalmente pela falta de saneamento básico e as péssimas condições de higiene da população.

Preocupado com isso, o Governo de Rodrigues Alves, através das ações de Oswaldo Cruz, responsável pela Diretoria Geral de Saúde Pública, elaborou um plano de melhoria das condições de infra-estruturação da cidade. Esse plano, que incluía a vacinação em massa da

³⁸ A primeira aparição colorida ocorreu em 05 de maio de 1895, inicialmente com o camisolão em azul. Apenas em janeiro de 1896 é que ganhou a cor amarelada. Outros detalhes podem ser encontrados em Cronologia do Desenho, no endereço eletrônico <<http://www.marel.pro.br/cronos1.htm>>, e também em <http://hq.cosmo.com.br/textos/quadrindex/qyellow_kid.shtm>.

população, ocasionou a oposição da mídia e houve uma revolta popular, que provocou um motim que explodiu em 11 de novembro de 1904. A mídia, contrária ao plano de saneamento, criticou e satirizou duramente a figura de Oswaldo Cruz. Mais que um problema de saúde, os episódios ocorridos durante a Revolta foram eminentemente de caráter político³⁹.

Caricatura de Oswaldo Cruz



Fonte: <http://www.cdcc.sc.usp.br/ciencia/artigos/art_21/revoltavacina.html>

Lopes (1999) menciona que o termo caricatura surge em 1646⁴⁰, mas é a partir de 1780 que este tipo de ilustração obtém sucesso. Publicadas inicialmente em materiais isolados, como álbuns e revistas, as caricaturas ganharão seu espaço nos periódicos apenas anos mais tarde, com o aperfeiçoamento da imprensa, cujas técnicas de reprodução, ainda muito rudimentares, não permitiam a nitidez adequada para a compreensão das imagens.

³⁹ Mais informações podem ser adquiridas no endereço eletrônico: <http://www.coc.fiocruz.br/exposicoes/expo_revoltadavacina.htm>.

⁴⁰ O termo caricatura foi utilizado, de acordo com o autor, pela primeira vez no prefácio que Mosini (1646) prepara para a edição dos desenhos de Carrache sobre o tema dos ambulantes e refrões publicitários da época.

A caricatura, de acordo com o autor (IDEM, 1999), tem como principal objetivo a ironia, através do humor provocado pelo exagero do traço, o que tece uma visão invertida do mundo e uma rede de significados que provoca o riso.

Diferentemente de outras formas de arte, como a pintura, cuja exposição normalmente restringe-se a determinados lugares, como museus, as caricaturas podem circular impressas em vários tipos de papéis, desde o tradicional jornal matutino até lugares inusitados, como papéis que servem como embrulho de doces e balas, ou até mesmo nos tradicionais “santinhos” em época eleitoral.

Quando alcançam o jornal, as caricaturas ganham dimensão popular, pois, graças à redução do custo de produção, a velocidade de produção e a capacidade de veiculação tornam esse tipo de ilustração bem popular, já que podem ser lidas, como as notícias do periódico, em qualquer lugar.

A caricatura tem como peculiaridade a oposição entre o instante e o transitório, assimilando o ritmo da “novidade” da imprensa, na tentativa de expressar essa forma pela qual a imprensa se relaciona com o imediato. Além disso, ela pode ser lida a partir de diversos ângulos, o que lhe permite vários sentidos, de acordo com as condições de produção e à memória discursiva que aciona em cada sujeito leitor.

Segundo Bergson⁴¹ (1989, apud LOPES, 1999), a caricatura pertence a uma categoria de fenômeno que tem por objetivo provocar o riso ao explorar o cômico que existe na coincidência entre a arte e o risível. Seria como ter aquilo que permite que identifiquemos a personagem que é representada pela caricatura, ao mesmo tempo que se evidencia, através do exagero das formas, algum traço seu.

A caricatura, trabalhando o traço do desenho e o conteúdo das legendas, mistura identidades que não coincidem e cria ‘uma nova perspectiva’, que

⁴¹ Bergson, H. 1989 *Le rire*. Paris, PUF.

proporciona ao leitor, desde que este capte simultaneamente as identidades originais, a visão de um novo personagem. (LOPES, 1999)

Outra característica da caricatura é a perversão da ordem constituída, numa relação de adversidade com o objeto do discurso, conforme Siqueri (2005). Essa oposição provoca então o cômico, o engraçado. Temos então que a presença de ilustrações dá um toque de leveza ao que deve ser sério, conforme as palavras de Romualdo (2000) ao se referir a esse tipo de texto que chama jornalístico.

O autor (IDEM, 2000) adota a definição do Dicionário de Comunicação sobre o cartum, dizendo que este constitui uma anedota gráfica. Xavier (2001, p. 196), amplia a definição, afirmando que um cartum é “um jogo visual de idéias contido numa única ilustração”. Admite que pode haver cartuns que usem legendas ou balões, ou até mesmo duas ou mais ilustrações em seqüência, ilustrando uma única piada, apreendida de uma só vez, e em um espaço delimitado. O cartum ainda apresenta idéias gerais, universais, atemporais, sem se ater especificamente a um fato ou assunto, como é o caso da charge.

O cartum, conforme Xavier (2001), é composto de um *punctum* que fere, que chama a atenção do leitor ao diferenciar uma imagem entre outras. Assim, o cartum, através desse *punctum*, provoca o riso na identificação imediata do assunto contido nele. É importante acrescentar aqui que achar graça ou não é de caráter subjetivo. Contudo, só há o riso se houver outros fatores que permitam essa identificação imediata do assunto, como as condições de produção do cartum e a capacidade de compreensão do sujeito-leitor sobre o assunto contido neste.

Com relação à charge, Romualdo (2000) e Siqueri (2005) concordam que não são poucos os que a confundem com a caricatura. Ambos concordam ainda que a caricatura seja um gênero textual que engloba a charge. Romualdo (2000), inclusive, acrescenta o cartum

como pertencente ao gênero caricatural. Essa confusão é compreensível, pois tanto o termo caricatura, do italiano *caricare*, quanto charge, do verbo francês *charger*, significam carregar. Assim, a comparação e a confusão tornam-se naturais. Contudo, há várias diferenças entre esses dois tipos de texto.

De acordo com o Dicionário Aurélio em sua versão eletrônica, a caricatura é um desenho que revela ou acentua certos aspectos caricatos, cômicos, cuja função é satirizar uma pessoa ou um fato qualquer. A charge, por sua vez, é uma representação de caráter burlesco e caricatural, que satiriza um fato específico, geralmente político. A caricatura atinge qualquer um ou qualquer coisa: a charge limita-se a fatos isolados, em um determinado tempo e espaço. Siqueri (2005) acredita que as *portrait-charges* sejam manifestações genuínas do gênero caricatura, mas que acabam recebendo a denominação generalizante de charge.

A charge é ao mesmo tempo um texto icônico ou icônico verbal e é marcada pela especificidade do assunto, e por isso só se atinge o seu significado dentro do contexto de produção em que está inserida. Cada traço, ponto ou risco pode representar significado e ser extremamente importante para a compreensão desse tipo de texto.

Conforme Tasso (2005, p. 159), um dos recursos utilizados para a obtenção de determinados sentidos a partir de ilustrações “consiste, pois, no modo como cada um dos planos apresenta os elementos dele constitutivos, isto é, o foco da imagem é dado sob diferentes perspectivas.”

Como a charge é também uma ilustração, podemos dizer que cada quadrinho que a constitui é composto por imagens estáticas, como se dispostos num cenário, num plano, e que representam um momento da ação, o que confere a ela sentido de movimento. Apesar disso, de acordo com a AD, uma charge não deve ser compreendida como um texto fechado, pois é atravessada e constituída de outros textos com os quais dialoga na constituição dos sentidos.

Já as legendas de cada quadrinho e os balões que representam a fala das personagens e que são delimitados por linhas contínuas ou traços, constituem a materialidade lingüística que deve ser analisada pelo analista do discurso, junto com a materialidade visual de cada charge.

Dessa forma, a charge, por referir-se a fatos específicos ligados geralmente à política, por sua limitação temporal, diferentemente do cartum, de caráter mais generalizante e atemporal, só podem ser analisados dentro de seu contexto de produção para que possamos verificar as regularidades lingüístico-discursivas que contribuem na construção e na produção dos efeitos de sentido de uma imagem do cenário político brasileiro. Embora, como veremos, os personagens não sejam específicos e os discursos que não se textualizam possam ser interpretados como universais e generalizantes (servindo a qualquer contexto político, brasileiro ou não), conceberemos esse lugar interpretativo como efeito de sentido que atua duplamente com o de discurso individualizante e particular. Acreditamos que o sentido se dá nessa dupla relação, movimentada tendo em vista a posição-leitor.

Pensando dessa forma, concebemos por charge todos os textos que analisamos nesta dissertação, visto que consideramos o corpus selecionado em relação ao acontecimento específico da eleição municipal de Maringá, e, através da relação do verbal com o não-verbal⁴², ambos concebidos como discurso, observamos a construção dos sentidos e das formações imaginárias que os sustentam.

⁴² Ver “Efeitos do verbal sobre o não-verbal”. In. RUA, nº 1. Revista do Laboratório de Estudos Urbanos (NUDECRI) Labeurb.

4 A CHARGE E O JOGO DISCURSIVO

Para o procedimento de análise, foram selecionadas algumas charges, escolha essa orientada pelas perguntas de pesquisa da dissertação: como a mídia, representada pelo jornal O diário do Norte do Paraná, constrói, a partir do SA chargista, as imagens do sujeito-político e do seu sujeito-leitor/eleitor pelo discurso chárstico? Que imagens são projetadas pelo SA chargista nesse discurso e quais as condições de produção que permitem construir essas imagens?

As charges foram distribuídas em dois conjuntos, a partir dos quais analisamos as regularidades discursivas que se apresentaram, de forma explícita ou implícita, buscando identificar como e quais formações imaginárias se projetaram nos discursos, como o SA chargista organizou esses sentidos materializados no texto chárstico, como funciona a charge enquanto discurso e como se produz o efeito de humor na charge.

No primeiro conjunto, os sujeitos-candidatos estão dispostos um ao lado do outro, num jogo discursivo que sinaliza, como efeito, um espaço de debate de suas propostas. No segundo, aparece o sujeito candidato apresentando suas propostas ao eleitor, seja diretamente no corpo a corpo, seja indiretamente, construindo-se a imagem de que estão em um estúdio de gravação.

Destacamos que o SA chargista constrói a charge do interior da FD midiática, o que cria condições de produção para representar o discurso político em um cenário televisivo, o que estaria configurando embrincamento de pelo menos duas FDs: midiática e política, cujos sentidos começam a se movimentar.

4.1 O POLÍTICO EM DEBATE

Charge 1



O Diário do Norte do Paraná, 29/08/2004

Podemos observar que a charge 1 é composta de três quadros e há dois personagens no primeiro quadro que lida, do interior da FD midiática televisiva, produz o sentido de um debate televisivo. Podemos retomar aquilo que Corten (1999) e Courtine (2003) referem-se como a midiática da política, que é limitação do tempo e a utilização do espaço televisivo, que transforma o cenário em palanque, exige uma fala reduzida, breve, direta, sem os gestos exagerados, típicos de muitos candidatos quando estão no palanque improvisado sobre caminhões. Além de “midiaticar” o debate, FD midiática televisiva exerce coerções no modo de produção da charge. No entanto, considerando que o SA chargista também produz seu discurso lúdico predominante do interior da FD artística/humorística, esse enquadramento do cenário político na mídia, é desconstruído sofrendo outras coerções, materializadas pelos quadros 2 e 3.

É importante observar que, como já dissemos, a influência da mídia televisiva não se restringe apenas ao cenário político: ela afeta outros tipos de mídia, como o jornal. A charge 1, como as demais, reproduz o cenário televisivo, com seus enquadramentos, cenários, iluminação, jogo de claro/escuro.

Analisando as seqüências discursivas, vemos que a SD 1 “Se eu for eleito vou combater a criminalidade!”, é iniciada pela conjunção subordinativa condicional *se*, o que indica uma possibilidade, a de o candidato ser eleito. Ainda na SD 1, aparece uma das propostas mais comuns que os candidatos fazem ao concorrer a cargos como o de Prefeito: o combate à criminalidade, um dos problemas sociais mais pungentes do país e que tomou ares de terrorismo, principalmente nos grandes centros, inclusive com ataques coordenados a bases da polícia militar, rebeliões em presídios em todo país, com o comando das ações criminosas direto das penitenciárias, através do uso de celulares e em alguns casos, com o apoio de agentes penitenciários e de advogados.

Dessa forma, o combate à criminalidade, que sempre foi bandeira de campanha, é reforçado pela imagem de autoridade do candidato representada pelo dedo em riste, e pela SD 2: “Eu também vou combater a criminalidade!”, proferida pelo personagem que se posiciona à direita de quem está lendo o jornal. Através do advérbio *também*, o SA chargista produz o efeito de que o sujeito-candidato está dentro da mesma discursividade. Da mesma forma que seu oponente, ele é candidato e precisa ter argumentos que justifiquem o voto do eleitor.

Com essas duas SDs aciona-se, na memória discursiva política, o lugar de semelhança em relação às promessas de candidatos ao longo dos períodos eleitorais. Promessas comuns são retomadas, (re)discursivizadas: as promessas e propostas, em alguns casos com nova roupagem, novas denominações, são sempre as mesmas: combate à violência, acabar com a corrupção, melhorar a segurança, habitação, saúde.

Observemos o modo como o SA chargista organiza os sujeitos-personagens. O sujeito-candidato posicionado à esquerda (P1), quando profere a SD 1, dirige-se a seu ouvinte/sujeito eleitor (E), que ouve/vê o debate confortavelmente acomodado na sala de sua casa, ao passo que o personagem candidato que está posicionado à direita (P2), tem como sujeito-interlocutor direto seu oponente político, o que muda o efeito de sentido produzido pelo enunciado. Na SD 1, ao dirigir-se diretamente ao público eleitor que o ouve/vê, faz com que a SD que proferiu atinja diretamente esse sujeito eleitor, como se estivesse falando com ele, pessoalmente. Aqui o efeito se constrói na relação entre FD midiática e FD política. Retoma-se a memória do poder da mídia, o modo como tenta persuadir o público: a maneira como o sujeito-candidato se veste diante das câmaras, sempre de gravata, conforme o estereótipo do político sério por exemplo, é amplamente explorada por esse veículo midiático.

Ainda em relação à charge 1, cujo tema é o combate à criminalidade, a seqüência de quadros representa as saídas que cada candidato dá à questão. No primeiro quadro, a apresentação do problema: o combate à criminalidade; no segundo, o candidato da esquerda (P1) desaparece rapidamente, sentido materializado pela imagem da poeira levantada, representada pelas nuvens de poeira, típicas das histórias em quadrinhos, e a gravata do candidato, pairando no ar; no terceiro quadro, o candidato reaparece vestido se super-herói. Essa imagem aciona, na memória, a imagem do papel do super-herói como salvador, como paladino que luta contra o mal, que supera todos os obstáculos em nome do bem comum, e, acima de tudo, é honesto e cumpridor das leis. Imagem essa consagrada através de histórias em quadrinhos, desenhos animados e até mesmo filmes como é o caso de Homem-Aranha e Super-Homem, para citar apenas dois exemplos. Assim, o candidato (P1) tem sua imagem associada à imagem daquele que possui superpoderes; é destemido, corajoso, honesto, e que vai lutar pelo bem do povo, principalmente daqueles que o elegeram.

Contudo, ao mesmo tempo em que a imagem no terceiro quadro permite essa associação, permite também a desconstrução da credibilidade do político como homem sério e com comportamento acima de qualquer suspeita, como já destacamos. Os super-heróis são seres que fazem coisas inimagináveis, impossíveis para um ser humano comum. O super-herói enfrenta o vilão, usa seus poderes sobre-humanos, vence a vilania com honrabilidade, sem jamais trapacear, enganar ou cometer atos ilegais. Essa maneira de lutar contra a criminalidade é reforçada pela SD 3: “Pode até ser... mas mais do que eu, duvido!”. Como vimos através das SDs 1 e 2, os dois personagens candidatos afirmam combater a criminalidade, o que gerou o impasse e conduziu para a conclusão absurda configurada pela presença do personagem vestido como super-herói. Observando a SD 3, através das palavras “pode até ser”, percebemos que o personagem travestido de herói até crê que o outro consiga realizar as mesmas promessas que ele. Ao utilizar o verbo poder, associado ao verbo ser, constituindo a locução verbal, sugere uma possibilidade, reforçada pela preposição *até*, que sugere, no caso, certa desconfiança de que o personagem candidato da direita tenha condições de cumprir sua promessa plenamente.

São projetadas duas imagens diferentes: a imagem do candidato frente ao povo eleitor e a imagem do candidato frente ao outro candidato. A primeira, de credibilidade diante do eleitorado, de forma geral, ainda que parcial, pois ele tem os poderes necessários para cumprir o que promete. A segunda, que indica que esta mesma credibilidade é afetada inversamente pela imagem do super-herói, já que sabemos, pela FD do senso comum, que só existem pessoas assim no mundo da imaginação e da fantasia. Ao associar-se o político à imagem do super-herói, há um descrédito imediato na possibilidade de as promessas serem cumpridas, já que o sujeito político é tão humano quanto qualquer um. Logo, por mais que tenha poderes econômicos ou políticos, sofre das mesmas limitações que qualquer ser humano. Sua luta contra a criminalidade será limitada pelas leis, pelo Direito, pelas normas

sociais que terá que seguir, seja qual for o cargo político que ocupe. O discurso lúdico permite, desse modo, desconstruir a possibilidade de uma interpretação da política, pelo quadro 3, como alguém sério e poderoso.

é projetada uma imagem que leva em conta o outro candidato. Se, por um lado, o fato de ter como seu sujeito-interlocutor o adversário político, quando profere a SD 2 poder provocar o sentido de que o eleitor não é tão importante assim, ao serem comparados os dois no terceiro quadro, o primeiro como super-herói e o segundo como homem normal, a imagem que o personagem candidato projeta da esquerda é associada à imagem de um candidato que se fantasia num debate não pode ser levado a sério, pois contraria toda a memória discursiva associada às imagens de homens políticos como “bem vestidos”, aqueles de terno e gravata, elegantes, sérios. Se, por um lado, há o herói que vence tudo, por outro há o político que não é sério, portanto, que não merece a confiança do eleitorado. Efeitos produzidos no embrincamento das 3 FDs: política, mídia e o lúdico.

Ainda na SD 3, a conjunção *mas*, que introduz a oração coordenada sindética adversativa “mas mais do que eu, duvido”, que, por sua natureza sintática, permite a oposição, negação da possibilidade de o candidato da direita de realizar com a mesma qualidade a tarefa proposta, e a presença do advérbios de intensidade, *mais*, e do verbo *duvidar* no final do período intensificam a crença de que seu oponente jamais conseguirá alcançar os mesmos resultados que ele.

Vemos, a partir do exposto, que a imagem que o político projeta sobre o eleitor é de um sujeito que menospreza seu papel na sociedade, bem como a capacidade de julgamento do sujeito eleitor sobre si mesmo e sobre ele. O eleitor, de acordo com a charge, é tratado como se não pudesse distinguir o real da fantasia, da ficção. Se fosse assim, bastaria votar neste ou naquele candidato porque é um super-herói e que, por isso, pode vencer sozinho a

criminalidade reinante no país. Aqui se instaura a ironia, e com ela o efeito de humor, ambos elementos constitutivos do discurso da charge.

A partir do diagrama proposto por Pêcheux⁴³, temos o seguinte esquema, se levarmos em conta o jogo discursivo entre o sujeito-candidato (P1), e o sujeito-leitor (E), organizado a partir da posição SA chargista:

Quadro 2

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja resposta subentende a formação imaginária correspondente
P1 { I _P (P1)	Imagem do lugar de P1 para o sujeito colocado em P1	“Eu sou importante para você. Vote em mim.”
	I _P (E)	Imagem do lugar de E para o sujeito colocado em P1
E { I _E (E)	Imagem do lugar de E para o sujeito colocado em E	“Eu sou importante para ele (P1), mas ele não pensa assim.”
	I _E (P)	Imagem do lugar de P1 para o sujeito colocado em E

Considerando as imagens que o sujeito candidato à esquerda (P1), e o sujeito-candidato à direita (P2) têm de si mesmos e de seu oponente, o quadro, organizado a partir da posição do SA chargista, assume o seguinte formato descrito no quadro 3.

Há uma outra possibilidade de leitura da charge, se levarmos em conta a posição de sujeito-leitor de esquerda em relação à charge. A partir de seu ponto de vista, é o sujeito-candidato que está à esquerda que faz a promessa de combater a criminalidade e é imitado pelo seu concorrente, o da direita. Assim, a mesma FD acionada está relacionada ao posicionamento do candidato dentro do espectro de esquerda/direita. Podemos notar que é o

⁴³ Exposto no capítulo 1, subitem 1.1 - A CHARGE E AS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS.

candidato da esquerda quem toma a iniciativa da mudança, ao passo que o da direita o imita. No momento da ação, é o personagem da oposição que age, desestabiliza, surpreende, enquanto que o conservador permanece onde está, apenas observando o que seu oponente está realizando. Já se projetando um sujeito-eleitor da direita, a ação seria interpretada da como utópica, perigosa: o sujeito-candidato da esquerda promete o que não pode cumprir. Da mesma forma, utópica, foi a imagem de profeta, de salvador da pátria que a população projetou em 2002 sobre o então candidato à presidência, Luiz Inácio Lula da Silva.

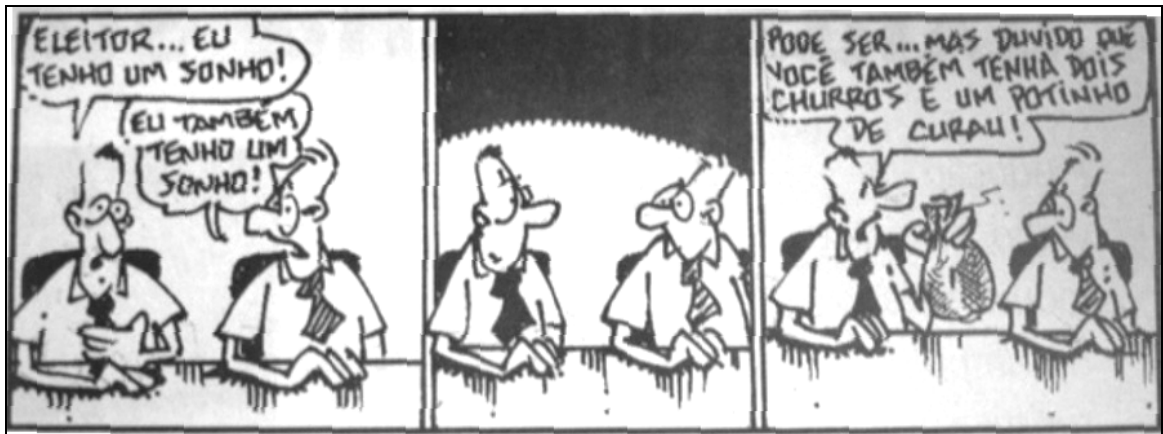
Quadro 3

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja resposta subentende a formação imaginária correspondente
P1 { I _p (P1)	Imagem do lugar de P1 para o sujeito colocado em P1	“Eu faço a melhor proposta,”
— I _p (P2)	Imagem do lugar de P2 para o sujeito colocado em P1	“Eu sou melhor que você, e vencerei a criminalidade.”
P2 { I _p (P2)	Imagem do lugar de P2 para o sujeito colocado em P2	“Eu faço propostas iguais às suas.”
— I _p (P1)	Imagem do lugar de P1 para o sujeito colocado em P2	“As propostas que ele faz são iguais às minhas.”

Podemos associar a imagem que se configura no terceiro quadro, além de super-herói, à imagem do criminoso, também construído no imaginário popular. Como o herói precisa proteger a sua identidade civil, o ladrão também usa máscaras para evitar que seja identificado. O duplo sentido se instaura, o mascarado pode ser tanto herói como vilão: pode nos ajudar, nos salvar do crime, bem como pode fazer parte dele. Inclusive alguns de nossos heróis, por exemplo, Batman, andam no limite entre praticar a justiça ou um ato criminoso. Nas formações imaginárias que temos sobre o universo da política, costumamos associar a

figura do sujeito político à do homem que vai beneficiar-se com o fato de se eleger, utilizando a influência e o dinheiro público em benefício próprio, corrompendo, subornando, roubando e até praticando outros crimes para que possa manter-se no poder. No cenário brasileiro, basta acompanhar os trabalhos das Comissões Parlamentares de Inquérito na Câmara dos Deputados e ver quantos homens públicos estão envolvidos nos mais diversos crimes contra o patrimônio público. Estas são CP que permitem a produção deste tipo de discurso que, no gênero em análise, produz efeito humorístico.

Charge 2



O Diário do Norte do Paraná, 26/09/2004

A charge 2 apresenta cenário semelhante à charge 1: dois candidatos em situação de debate, em uma charge dividida em três quadros. No primeiro, o sujeito-candidato (P1) posicionado à esquerda do sujeito-leitor/eleitor (E) profere a SD 4: “Eleitor... eu tenho um sonho!”, que aciona na memória discursiva o mesmo enunciado, proferido em 1963, em uma marcha em *Washington*, pelo pastor norte-americano Martin Luther King Junior, premiado com o Nobel da Paz em 1964, devido à sua luta em defesa dos direitos humanos e das

minorias nos Estados Unidos, e assassinado em *Memphis, Tennessee*, em 1968⁴⁴. O enunciado, parte de um discurso exaltando a luta pacífica pelos direitos humanos⁴⁵, tornou-se referência em muitas outras manifestações ocorridas no mundo todo, ou simplesmente como referência ao tão propalado sonho americano de liberdade.

Assim, há sempre alguém se utilizando dela (muitos inclusive considerando-se seus autores intelectuais...), principalmente os candidatos a cargos públicos que, agindo dessa maneira, pensam tornar suas promessas próximas dos desejos de cada indivíduo. É importante perceber que a palavra *sonho* aciona outros vocábulos, como desejo, esperança. Quando nos referimos a algo que desejamos muito, dizemos que sonhamos com aquilo. O enunciado, proferido na SD 4, aciona, na memória do campo político-social, o significado de esperança: a esperança de dias melhores; a esperança de condições de vida adequada; a esperança de um salário digno; a esperança de um lugar para morar; esperança de ter condições de educar adequadamente os filhos.

A SD 5, pronunciada pelo sujeito candidato (P2) à direita do leito/eleitor: “Eu também tenho um sonho!”, por sua vez, instaura o conflito: ambos têm um sonho. O verbo *ter* é utilizado com o sentido de possuir, haver, carregar, o que dá ao vocábulo *sonho* o valor de objeto, coisa palpável, manipulável, extrapolando o sentido abstrato da palavra sonho, como fenômeno psíquico e involuntário que acontece durante o sono.

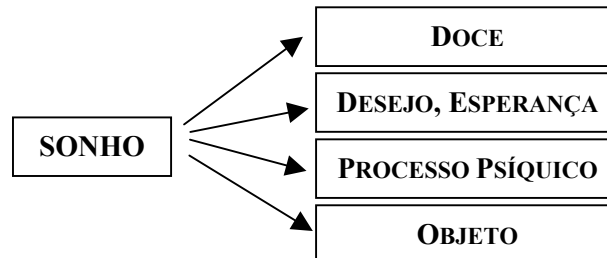
Dessa maneira, a palavra sonho assume múltiplos sentidos: uma coisa qualquer, um objeto, e por isso, palpável, manipulável; tipo de doce facilmente encontrado em panificadoras e confeitarias; fenômeno psíquico, involuntário, que ocorre durante o sono; ou ainda como sinônimo de desejo, esperança. É a partir desse múltiplo sentido, principalmente

⁴⁴ Para maiores informações sobre a biografia de Martin Luther King Jr., acessar o endereço eletrônico <<http://www.lutherking.hpgvip.ig.com.br/biografia.html>>

⁴⁵ O discurso de Martin Luther King Jr. pode ser encontrado na íntegra no endereço eletrônico: <<http://www.portalafr.com.br/religioes/evangelicos/discursoking.htm>>

da oposição que se estabelece entre doce e desejo, esperança, que se estabelece o conflito entre os debatedores.

Assim, temos o seguinte diagrama:



O segundo quadro da charge apresenta os candidatos parados, olhando-se perplexos. Ao fundo, podemos perceber que o fundo é escuro, negro, e ao redor dos candidatos, há uma espécie de arco, que simboliza o jogo de claro/escuro produzido pelas luzes de um estúdio de gravação. É a FD midiática televisiva impondo seu formato, interferindo nas condições de produção da charge, que reproduz a disposição em quadros, como um programa de televisão. Esse jogo de claro/escuro põe em evidência os personagens, pois o foco da imagem está direcionado para eles. Como se a imagem estivesse congelada, vemos a pausa provocada pela perplexidade dos sujeitos candidatos: ambos têm o mesmo sonho. Na memória é acionado o sentido de que todos os planos de governo são semelhantes, de que não há originalidade: planos e propostas são repetidos conforme a conveniência do momento..

Como na charge anterior, no terceiro quadro, é o personagem da esquerda que toma a iniciativa e profere a SD 6: “Pode ser... mas duvido que também tenha dois churros e um potinho de curau!”. Observando a charge, vemos que segura com a mão esquerda, entre ele e seu oponente, um pequeno saco, onde imaginamos estarem o que os diferencia e é capaz de debelar o impasse existente: os churros e o potinho de curau, produtos facilmente encontrados nas feiras-livres que ocorrem periodicamente em Maringá. Uma solução simples, fácil, mas capaz de resolver o impasse. Tal solução, ao ser interpretada pela FD do discurso lúdico,

tendo como cenário o estúdio de gravação, em programas sensacionalistas e populares, por exemplo, permite que passemos do campo político-social para uma solução fácil, imediata, individualizada. Neste espaço, inscreve-se um leitor/eleitor. Observamos ainda que o verbo *ter*, proferido no presente do modo indicativo e, associado ao vocábulo *duvido*, assegura que apenas ele detém a fórmula para acabar com o impasse provocado pela SD 5.

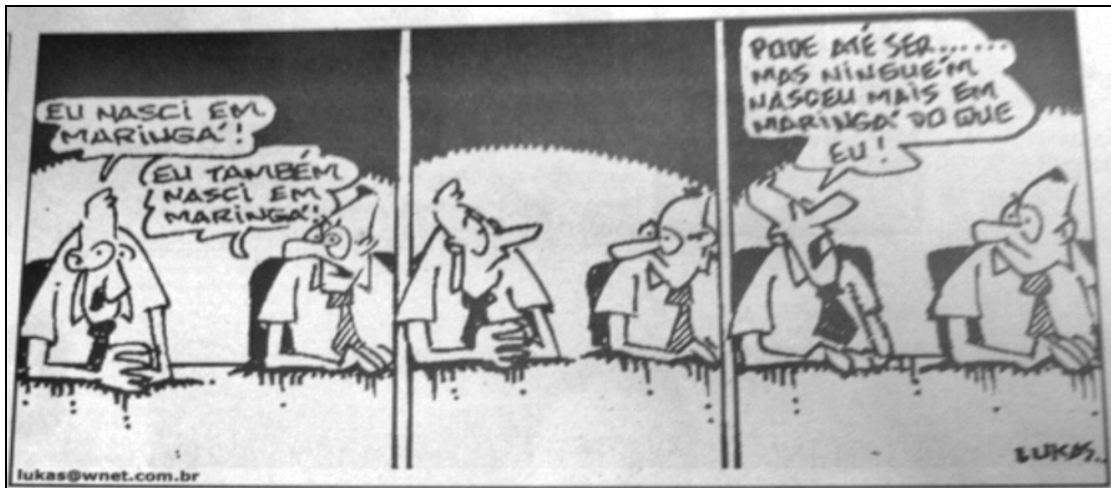
Assim, a charge aciona, na memória discursiva, imagens do senso comum que são associadas ao político: suas soluções fáceis e rápidas para problemas inúmeras vezes mais profundos e enraizados na cultura brasileira. É uma cesta básica em troca de um voto, com se a cesta básica resolvesse o problema da fome; uma dentadura, como se resolvesse o problema de saúde bucal; combustível como solução para a locomoção diária até o trabalho; uma oferta de um emprego que poderá (ou não) vir, mas apenas se o candidato for eleito. Soluções precárias, que apenas atenuam uma situação que quase sempre pede uma solução, se não permanente, de longo prazo.

Novamente, com a charge, é retomada a idéia de menosprezo do político em relação ao eleitor, que tem sua capacidade de julgamento subestimada, se ele acreditasse que a solução apresentada seria capaz de resolver tudo e todos os sonhos, desejos, esperanças pudessem ser realizados, da mesma forma que se compram curau ou churros em feiras-livres, ou ainda doces em confeitarias e bares.

É possível também considerar a relação de oposição de significados que a palavra *sonho* pode ter: algo abstrato, fluído, vazio, ou algo concreto, palpável. Essa oposição entre abstrato e concreto permite a construção de sentidos relacionados à posição que o sujeito-eleitor ocupa na FD política. Na memória discursiva de esquerda, estão inscritos enunciados do tipo “o sonho venceu o medo”, “vote com esperança”, em contraposição à FD fundada em ideologias de direita, em que o medo é sua forte arma de coerção e de domínio. Orlandi (2003, p. 30), ao analisar o enunciado “Vote sem medo!”, dentro do contexto de eleições

universitárias, comenta que os sentidos não estão apenas nos textos, mas também em sua relação com a exterioridade e as condições de produção, e não dependem da intencionalidade dos sujeitos que os produziram.

Charge 3



O Diário do Norte do Paraná, 08/08/2004

A charge 3 retoma uma das questões mais contundentes da campanha para prefeito de Maringá: o fato de os candidatos terem nascido e/ou permanecido, trabalhado na cidade durante sua vida política.

Dividida novamente em três quadros, apresenta no primeiro quadro o candidato posicionado à esquerda do leitor proferindo a SD 7: “Eu nasci em Maringá!”, olhando para frente e com a mão direita sobre a mesa. Em contraponto, seu oponente profere a SD 8: “Eu também nasci em Maringá!” Novamente, o impasse se instaura pelo uso do advérbio também, pois o candidato se insere no discurso de naturalidade maringaense, como afirmamos há pouco, um fator considerado muito importante no pleito eleitoral daquele ano. Ocorre no segundo quadro o impasse e, como na charge 2, os candidatos estão em destaque, como num close televisivo, estáticos, perplexos por apresentarem-se na mesma situação: ambos

nasceram em Maringá. A solução para o impasse aparece no terceiro quadro quando o candidato da esquerda profere a SD 9: “Pode até ser.... Mas ninguém nasceu mais em Maringá do que eu!”. Na impossibilidade de o sujeito-candidato dizer “ninguém morou mais tempo que eu”, ele recorre a nasceu, remetendo à memória discursiva do sujeito leitor/eleitor que conhece a história política da família de um dos candidatos, Silvio Barros II, cujo pai e o irmão já haviam sido prefeitos da cidade de Maringá.⁴⁶ Essa memória produz condições para o sujeito-candidato, projetado na FD do discurso lúdico no discurso midiático do SA chargista, poder dizer que *nasceu mais em Maringá* que o seu oponente, o que, do ponto de vista gramatical, não seria possível, muito menos do ponto de vista biológico, já que nascer, ato de vir ao mundo, é um ato inerente ao ser humano: não é possível nascer mais que outrem.

O pronome indefinido ninguém, que faz parte da SD 9, reforça a idéia da impossibilidade de que os candidatos tenham igualmente nascido em Maringá. Esse pronome é excludente, admitindo apenas uma possibilidade e nada mais. Além disso, o advérbio de intensidade mais amplia a idéia de exclusão. Isso sem falar na imagem do candidato que profere a SD 9: ele está de cabeça erguida, como se estivesse orgulhoso da impossibilidade de alguém ter nascido mais em Maringá do que ele. Essa posição de cabeça erguida, olhos fechados, aciona na memória uma atitude muito comum nas crianças. Quando um impasse surge e se chega à sua solução, como que para encerrar o assunto, aquele que se considera vitorioso levanta sua cabeça, como se não houvesse mais espaço para o diálogo. Em enunciados como: meu pai ganha mais que o seu; meu brinquedo é melhor que o seu; minha casa é maior que a sua, enunciam-se situações que finalizam a discussão, sem dar condições para que o oponente rebata as afirmações feitas, principalmente porque tais valores são, muitas vezes, de caráter subjetivo: o que é importante, enquanto valor, para um, pode não ser para o outro. Os valores morais, sociais, religiosos, são diferentes para cada indivíduo pois

⁴⁶ Silvio Magalhães Barros (pai), governou o município de 1973 a 1976; Ricardo José Magalhães Barros (irmão), governou de 1989 a 1992.

sua valoração depende de vários fatores, escolaridade, raça, situação econômica e social, entre outros fatores.

Através do efeito de sentidos produzido, pelo SA chargista, por meio da infantilização da imagem dos personagens candidatos, instaura-se o humor no terceiro quadro da charge. Ali, a FD do discurso lúdico é reforçada, como já dissemos, pela desconstrução do real, já que não é possível que alguém nasça mais que o outro.

Assim, além da imagem, projetada no discurso, de infantilidade dos sujeitos-candidatos, que se apresentam sempre em disputa, como crianças que disputam um doce, temos o menosprezo em relação à capacidade intelectual do eleitor apresentado nas três charges, que permite o acionamento na memória da formação discursiva de que o político é, via de regra, capaz de utilizar-se de mentiras a fim de eleger-se.

O diagrama das formações imaginárias da charge 3 tem a seguinte constituição:

Quadro 4

Expressão que designa as	Significação da expressão	Questão implícita cuja resposta subentende a formação imaginária correspondente
P1 { I _p (P1)	Imagem do lugar de P1 para o sujeito colocado em P1	“Eu realmente sou nascido em Maringá e isso me torna o preferido.”

I _p (P2)	Imagem do lugar de P2 para o sujeito colocado em P1	“Por ser nascido em Maringá, sou melhor que você”
P2 { I _p (P2)	Imagem do lugar de P2 para o sujeito colocado em P2	“Eu sou importante porque também nasci em Maringá”

I _p (P1)	Imagem do lugar de P1 para o sujeito colocado em P2	“Ele se acha mais nascido em Maringá que eu.”

Percebemos também que todas as charges analisadas aqui permitem a construção da imagem do político como mentiroso, pouco criativo, pois suas promessas são semelhantes. Além disso, a imagem projetada pelo político nas charges analisadas é de alguém que

subestima o eleitor, que o trata como imaturo, despreparado para exercer seu direito de escolha, já que pressupõem que o eleitor acredite nas promessas e propostas, aliás, muitas delas fantásticas, absurdas e impossíveis de concretização.

Também neste conjunto de charges, a FD do discurso lúdico se materializa através da desconstrução da seqüência proposta pelos três quadros que compõem a charge: a proposta, no primeiro quadro, o impasse provocado pelo mesmo das propostas pelos personagens candidatos, o que é ressaltado pelo efeito produzido através do jogo de claro/escuro, típico de lugares com iluminação artificial, como o caso de um estúdio para a gravação do horário político eleitoral. E, finalmente, a conclusão absurda da seqüência, que tem como resultado o humor.

4.2 O POLÍTICO E O SUJEITO ELEITOR

Charge 4



O Diário do Norte do Paraná, 28/09/2004

Na charge 4, há diferenças formais em relação ao conjunto anterior de charges, mas o SA chargista mantém a temática. Ela é composta por dois quadros, em que aparecem dois personagens: o sujeito político, que está posicionado à esquerda do leitor, e seu sujeito-interlocutor, posicionado à direita.

No primeiro quadro, o personagem candidato está comentando suas propostas e promessas de campanha, enquanto seu sujeito-interlocutor segura um papel. Considerando a FD da mídia televisiva como condição de produção dessa charge, o SA chargista produz, para o sujeito leitor-eleitor, o efeito de um cenário que representa um ensaio da fala do personagem candidato. Ao fundo, vemos o jogo de claro/escuro, que nos leva à situação de iluminação artificial de um estúdio de gravação, ao passo que o papel que é segurado pelo sujeito-interlocutor pode ser uma espécie de roteiro que deve ser seguido pelo primeiro. Neste contexto, o SA chargista “revela”, para o sujeito leitor/eleitor o caráter midiático da política: projeta a imagem de que o político é um personagem fictício, artificial, ensaiado.

O SA chargista, ao atribuir ao sujeito-candidato falas repetidas, próprias do discurso político, fala da posição de quem retoma a memória enunciados do tipo: “Todos dizem a mesma coisa”; “Fazem promessas que não cumprem”, a fim de organizar o sentido de que a fala do político é uma farsa, mentirosa, e coloca o sujeito leitor/eleitor na posição de quem percebe a “farsa”, a “montagem”. Em outros termos, a “mídiatização do político”.

No segundo quadro, os olhos do sujeito político aparecem abertos, com certa expressão de espanto, de surpresa, e ele profere a SD 12: “Que droga! Eu fiquei quase 15 minutos bolando esses nomes!”. Seu sujeito-interlocutor parece olhar com o canto dos olhos para o sujeito-leitor/eleitor, da mesma forma que fazemos quando alguém nos diz uma coisa absurda: olhamos para o lado, para alguém que está conosco ou até mesmo no vazio. Essa imagem aciona também na memória o mesmo ato, praticado por crianças quando os amigos falam alguma besteira, e então fazem um dâ!, característico da imagem que temos de uma

pessoa abobada. Novamente é retomada a imagem que o político projeta sobre a imaturidade política do eleitor e sobre seu despreparo, de um lado, e, de outro, a imagem que o sujeito-autor constrói do sujeito-leitor/eleitor, de que o infantilizado é o próprio político.

É neste quadro que se materializa a FD do discurso lúdico e se instaura o humor, através da sobreposição deste sobre o discurso político e o midiático. O descaso com a coisa pública é exposto, sem censura, sem receios, através da SD 12: “Que droga! Eu fiquei quase 15 minutos bolando esses nomes!”.

A charge 4 possibilita ainda a retomada, através do acionamento, na memória discursiva, de cenas comuns à infância. Quando uma criança é contrariada quando está fazendo ou deseja fazer alguma brincadeira, por exemplo, uma das reações que pode ter é muito parecida com a do personagem candidato, inclusive com o uso da mesma expressão lingüística de uso popular, que droga!. Tal uso permite a projeção, a partir do sujeito-leitor/eleitor, de uma imagem infantilizada do candidato que, ao ser contrariado, reclama como criança.

Novamente a semelhança entre propostas que ouvimos a cada pleito, já cristalizada, de que os políticos são todos iguais, é acionada pela SD 10 na memória discursiva. Todos agem como se fossem os verdadeiros autores de cada uma dessas propostas, que não as copiaram, nem melhoraram, ou algo parecido. Com o uso do pronome possessivo meus, o SA chargista denuncia a “cópia” de programas de outros políticos, as locuções adjetivas na escola para todos, e os adjetivos total, plena, máxima, e jus..., que acompanham os substantivos criança, casa, emprego, saúde, segurança, e salário.

O diagrama das formações imaginárias obedece ao seguinte esquema, sendo P o sujeito-candidato e E seu sujeito-interlocutor, a partir da organização dos sentidos projetada pelo SA chargista.

Quadro 5

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja resposta subentende a formação imaginária correspondente
P { I _P (P) I _P (E)	Imagem do lugar de P para o sujeito colocado em P	“Tenho um programa de governo. Você deve votar em mim por isso.”
	Imagem do lugar de E para o sujeito colocado em P	“Você aceita tudo que digo, por isso vai votar em mim.”
B { I _E (E) I _E (P)	Imagem do lugar de E para o sujeito colocado em E	“Eu tenho maturidade para analisar propostas.”
	Imagem do lugar de P1 para o sujeito colocado em E	“Ele pensa que não tenho maturidade para saber que o programa dele é igual ao de outros.”

Charge 5



O Diário do Norte do Paraná, 01/08/2004

Na charge 5, o SA chargista apresenta o candidato sozinho, de forma semelhante à situação de campanha televisiva, em que apresenta suas propostas. A fala é direcionada ao sujeito leitor/eleitor que, como já dissemos ao nos referirmos à midiaticização da política,

assiste ao candidato sentado confortavelmente em sua sala ou em qualquer lugar que possua um aparelho de televisão. O personagem tem apenas o busto mostrado, está com os braços para baixo, reflexo do engessamento provocado pela mudança do cenário político: das manifestações populares à tranquilidade do estúdio de gravação da campanha.

O personagem candidato olha fixamente para o eleitor (mágica possível através das lentes da câmera), e profere a SD 13: “Você, eleitor e eleitora de 16 anos...”, dirigindo-se a uma camada específica da população brasileira: o jovem com a idade mínima de 16 anos que, graças às Leis Eleitorais, pode votar para escolher seus representantes no governo, embora de forma facultativa. Ao fazer isso, aciona na memória discursiva uma série de enunciados relacionados à imagem que o político/adulto tem do adolescente.

No imaginário popular, a adolescência é vista como um período em que o sujeito não é adulto o suficiente para assumir determinadas responsabilidades sociais, como dirigir, e também não é mais criança, sendo responsável por muitas outras coisas, como cuidar dos irmãos mais novos e assumir determinadas tarefas caseiras. Isso constitui um paradoxo: ao mesmo tempo que pode, não pode. Com o direito ao voto, a maturidade lhe é garantida, mesmo que facultativa. Assim, o personagem candidato projeta no eleitor de 16 anos uma grande responsabilidade, que é a de ser eleitor, mas, implicitamente, constrói, através dos vocábulos *eleitor* e *eleitora*, um sentido de que ele é perfeitamente capaz desse exercício de cidadania.

Ainda em relação a essa SD, as palavras *eleitor* e *eleitora* acionam a memória do discurso petista após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para Presidente da República em 2002. Já nos primeiros discursos, nas primeiras propagandas governamentais, os representantes governistas usaram os pronomes indefinidos *todos*, referindo-se aos homens, e *todas*, referindo-se às mulheres. Levando em conta as regras de concordância nominal, referindo-se a pessoas de sexos diferentes, prevalece o masculino plural. Contudo, tal uso

parece ter um ingrediente ideológico: para o Partido dos Trabalhadores e para a maioria dos partidos tidos de esquerda, a igualdade entre homens e mulheres constitui uma necessidade. Assim, nomear homens e mulheres usando *todos* e *todas* é, além de tudo, uma questão de igualdade.

Através da mídia, esse uso vocabular gramatical alcançou outras esferas, além da esfera do Governo Federal, e se estendeu a outras palavras que denominassem gênero. Passaram a ser de uso corrente, não apenas pela esquerda, palavras como trabalhadores e trabalhadoras, companheiros e companheiras, deputados e deputadas, eleitor e eleitora. Em qualquer lugar, a qualquer hora em que fosse possível, tal uso gramatical ocorria.

Ao proferir a SD 13, o personagem candidato utiliza como vocativo o pronome de tratamento você, para se referir ao eleitor de 16 anos. Através dessa maneira de nomear os eleitores, o personagem candidato projeta sobre seus sujeitos-interlocutores um sinal de jovialidade, pois este pronome é comumente utilizado pelos mais jovens nas conversas entre si. Também denota intimidade, pois o sujeito candidato, mesmo sem nomear seus sujeitos-interlocutores, cria a ilusão de proximidade, de intimidade e, principalmente, de igualdade. O eleitor e o candidato são, naquele momento iguais: compartilham medos, desejos, ansiedades e sonhos da mesma forma. Ocorre a humanização do político, que se dirige, diretamente ao eleitor, através da tela da televisão.

Outro sentido que podemos dar à SD 13 está relacionado ao fato de que o eleitor de 16 anos exercitará o voto pela primeira vez, o que remete à memória da importância dos fatos quando da sua primeira vez. A primeira vez, a gente nunca esquece. Essa é a idéia cristalizada sobre a importância da primeira vez. O primeiro dente-de-leite; o primeiro dia na escola; a primeira namorada; o primeiro beijo; o sexo pela primeira vez. O voto, exercido pela primeira vez, é um momento inesquecível, como todas as primeiras vezes.

O sentido que se constrói em torno da importância desse primeiro ato eleitoral supera o ato em si mesmo. Votar, escolher o governante, é um ato que dá a ilusão de que o sujeito é livre para escolher quem ele quiser para governar sua cidade, seu estado, seu país. O primeiro voto, a gente nunca esquece.

No segundo quadro, o personagem candidato aparece com a testa franzida e aponta, incisivamente, numa posição autoritária, para o seu sujeito-interlocutor, proferindo a SD 14: “Chegou a hora da verdade!”, escrita em negrito e dentro de um balão com pontas, o que sugere que o personagem eleva a voz, o que é garantido pela materialidade não-verbal. Sugere ainda que aquilo que vai dizer é extremamente importante. Em situações em que há algum tipo de confronto, surgem sujeitos utilizando-se dela. O debate entre os candidatos, principalmente o último da campanha, torna-se o momento crucial, o momento da verdade entre os candidatos, o momento em que tudo se resolverá. Dali sairá apenas um vencedor.

O dedo apontado na direção do eleitor aciona, na memória discursiva, a imagem que os adolescentes fazem dos pais, principalmente no momento em que confrontam os pais para fazer valer sua opinião. O gesto constrói um sentido de severidade, pois ele vem acompanhado de sermões, conselhos, críticas. O traço com que o personagem candidato foi desenhado - careca e com óculos - corrobora para a formação dessa imagem de sabedoria e severidade, que é desconstruída pela conclusão irônica e absurda da charge, que vemos no terceiro quadro, e que provoca o humor e também a reflexão sobre o que se esperava como seqüência dos fatos.

O terceiro quadro apresenta o personagem candidato falando com seu sujeito-interlocutor como se estivesse sussurrando, imagem reforçada pelo formato pontilhado do balão em que está inserida a SD 15: “Não são as cegonhas que trazem os bebês!”. Este formato de balão é usado, normalmente, quando o personagem diz algo que não quer que outro personagem ouça o que ele diz. O personagem candidato ainda utiliza a mão esquerda

para esconder o que está dizendo, reforçando ainda mais a importância daquilo que irá proferir. Contudo, a sentença não traz nada de absolutamente novo. Ao contrário, aciona na memória discursiva coisas que, de acordo com o imaginário popular, os pais dizem aos filhos quando estes perguntam como as crianças vêm ao mundo. E muitas são as situações: Papai Noel que trouxe; foi um presente de Deus, e a clássica: foi a cegonha que trouxe. São saídas que os pais encontram para não ter que explicar aos filhos que as crianças nascem como consequência do ato sexual. Saídas estas que duram pouco, pois assim que as crianças crescem um pouco mais, a escola, e muitas vezes os próprios pais, encarregam-se de tentar uma explicação menos fantasiosa.

A materialidade verbal do terceiro quadro da charge, aliada à não-verbal, permite que retomemos Piovezani Filho (2003): o privado se torna público, à medida que o personagem candidato insere, em seu discurso, palavras associadas a um tabu ainda vigente na sociedade: explicar aos filhos como são concebidos, e de quebra, falar sobre sexualidade. Mesmo em tom cerimonioso, como se quisesse cultivar um segredo, o personagem candidato torna pública sua opinião sobre a concepção. Como é um candidato a cargo público e está discutindo propostas, ocorre um deslocamento de sentido: aquilo que parecia infantil, dizer que são as cegonhas que trazem os bebês, torna-se solene e verdadeiro.

A partir da charge 5, o diagrama proposto por Pêcheux pode ser composto tendo o sujeito político (P) dirigindo-se diretamente ao sujeito sujeito-leitor/eleitor (E).

O personagem candidato, ao agir assim, mostra ao eleitor a imagem que tem dos que vão votar pela primeira vez. Ao contrário da maturidade que votar sugere, o personagem candidato deixa transparecer que, apesar de poder votar, a imagem que faz do eleitor de 16 anos é de imaturidade, de infantilidade. Na adolescência, é raro encontrar um jovem que não saiba como uma gravidez acontece. Caso contrário, isso constituiria um problema de saúde com proporções desastrosas, já que, com tanta informação disponível, ainda constituem

estatística alarmante os casos em que jovens ficam grávidas, no Brasil e no mundo, antes mesmo de completarem os 16 anos, idade que lhes daria o direito ao voto no Brasil. O SA chargista supõe, ainda, num duplo jogo discursivo, a imagem que o adolescente tem da imagem que o sujeito-político faz dele: “os políticos pensam que os adolescentes são crianças”.

Quadro 6

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja resposta subentende a formação imaginária correspondente
P { I _P (P) I _P (E)	Imagem do lugar de P para o sujeito colocado em P	“Eu sei a verdade sobre quem traz os bebês. Por isso sou importante para você.”
	Imagem do lugar de E para o sujeito colocado em P	“Você é imaturo mas pode votar. Por isso, vote em mim.”
E { I _E (E) I _E (P)	Imagem do lugar de E para o sujeito colocado em E	“Eu tenho maturidade para votar.”
	Imagem do lugar de P1 para o sujeito colocado em E	“Ele pensa que sou mal-informado e quer me persuadir a votar nele.”

A charge 6 repete a estrutura da charge anterior. São três quadros, nos quais o personagem candidato está sozinho atrás de uma bancada. Ao fundo, vemos o jogo claro/escuro, que reforça a idéia de que o espaço ocupado é um estúdio de gravação, com a iluminação artificial. Como sujeito-interlocutor em primeiro plano, temos o sujeito sujeito-leitor/eleitor, que ouve/vê as propostas que o sujeito-candidato faz através da televisão, espaço reproduzido no jornal pelo sujeito-autor/chargista devido às condições de produção que impõem o formato midiático, inclusive em outros suportes, como o impresso.

Charge 6



O Diário do Norte do Paraná, 24/08/2004

No primeiro quadro da charge 6, o personagem candidato profere a SD 16: “Iremos construir o hospital 24 horas!”. Ele olha fixamente para frente e está com o dedo em riste. Esse gesto significa na memória e aciona diversos sentidos: quando estamos discutindo com alguém e queremos impor nosso ponto de vista; quando pedimos silêncio; quando queremos chamar a atenção de outras pessoas; quando o que temos a dizer é importante e exigimos a atenção de nossos sujeitos-interlocutores. Este último sentido parece ser o mais apropriado para a análise: o personagem utiliza este gesto para marcar a importância da sentença que está proferindo.

O SA chargista, ao utilizar-se, na SD 16, do verbo auxiliar *ir* no futuro do presente do indicativo, na primeira pessoa do plural, iremos, remete à memória discursiva e ressignifica aqueles velhos discursos inflamados de políticos que se utilizavam de enunciados com os verbos no plural, o *plural de modéstia*, como era conhecido. O uso era, e ainda é, disseminado no meio político porque permitia a produção de sentidos relacionados à

cumplicidade: no imaginário popular, se o político diz nós, ele nos inclui em seus planos. Logo, se ele for eleito, governaremos com ele.

A utilização do verbo construir, na locução verbal iremos construir, associada à palavra hospital, aciona na memória a época das obras faraônicas que marcaram o período da Ditadura Militar, principalmente o período do milagre econômico. A usina Hidrelétrica de Itaipu e a Rodovia Belém-Brasília, para mencionar apenas duas, servem como exemplo. Também aciona na memória discursiva a imagem do político que era associada a estas obras. Por muitos anos, mesmo depois da Ditadura, político bom era aquele que fazia obras grandiosas. Hoje, político bom é aquele que constrói hospitais, presídios, casas. Como se o trabalho do político só tivesse valor se o que ele fez fosse visível de verdade. Mas não pode ser qualquer hospital, tem que ser um diferente. Assim, na SD 16, a palavra hospital vem seguida de 24 horas, que, nesta SD, tem valor de um adjetivo. É um hospital de atendimento contínuo, que jamais pára de funcionar. Além disso, a palavra hospital significa que ele é completo: no imaginário popular, a palavra hospital remete à prestação de serviços de saúde completos e de boa qualidade. Há a Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), há a maternidade, há o centro cirúrgico e toda gama de especialidades que uma unidade hospitalar deve ter.

Contudo, há a SD 17: “Hospital 24 horas já existe!”, proferida por outro sujeito-interlocutor, que não é visto, mas pode ser identificado pelos traços que indicam uma voz em *off*, de onde sai o balão que contém a SD 17. Esta SD instaura um impasse: como construir o que já existe, ou ainda, como já existe o hospital 24 horas, tal situação provoca a desconstrução da originalidade da proposta, pois ela aparentemente é apenas outra proposta. As mesmas propostas. Novamente a falta de originalidade ou o mesmismo, uma regularidade nas charges.

No segundo quadro, o personagem político está com o queixo apoiado na mão direita, enquanto dedilha sobre a mesa com a mão esquerda, numa posição semelhante à da escultura O Pensador, de Auguste Rodin (1840 – 1917)⁴⁷. Imortalizada pela obra, a posição do pensador é freqüentemente associada ao hábito de pensar. Ao nos depararmos com essa cena, a de um sujeito com o queixo apoiado sobre a mão, a memória é acionada e o sentido de que há um problema, cuja solução parece não ser fácil é construído. É o caso do personagem político no segundo quadro da charge. Como resolver o impasse?

A solução surge e é ressignificada pela ironia e pelo humor que se presentificam, através da SD 18: “Então iremos desmanchar e construir dois de 12 horas cada um!”. O humor é instaurado na medida em que há a oposição entre iremos construir, parte da SD 17, e iremos desmanchar, para depois construir, que compõem a SD 18. Partindo do significado de desmanchar, oposto ao de construir, há uma remissão à memória discursiva que atribui uma valoração negativa para o primeiro termo, e positiva para o segundo. Esse antagonismo proporciona a construção de um sentido pejorativo à atitude proposta pelo personagem político na SD 18. Se construir para ser visto é uma das premissas que acompanham a imagem do político, desmanchar não levaria nada senão ao apagamento da ação do sujeito político, que correria o risco de ter também sua imagem apagada.

Essa relação de construção x desmanche torna-se mais complexa, pois o sujeito candidato propõe, através da SD 18, depois de desmanchar, construir novamente, não um, mas dois hospitais de 12 horas cada. Esta ação proposta pelo personagem candidato permite a retomada de uma das imagens freqüentemente associadas ao político: o descaso com o dinheiro público.

⁴⁷ Inicialmente chamada de O Poeta, foi criada por Rodin a pedido do governo francês para o Museu de Artes Decorativas, de Paris. Atualmente está exposta no Museu que leva o nome de seu criador. Maiores informações, acessar o endereço eletrônico: <<http://br.geocities.com/discursus/archistx/opensace.html>>.

A FD do discurso lúdico presentifica o argumento, enraizado no imaginário popular, de que dois é sempre melhor que um. Assim, construir dois hospitais que atendam doze horas é sempre melhor do que um que atenda vinte e quatro horas. Assim, instaura-se o humor.

Outra possibilidade de retomada das imagens que o político projeta sobre o eleitorado está na dupla significação da palavra desmanchar. Num primeiro momento, desmanchar opera significados contrários ao de construir: desfazer o que está feito, destruir, demolir. Contudo, se levarmos em conta apenas o significado do prefixo des-, que compõe o vocábulo desmanchar, veremos que pode significar ação contrária, negação. Assim, a palavra desmanchar pode ser lida como ação contrária a manchar, que, por sua vez, pode ser entendida como sinônimo de marcar, pôr marca em. Ao (des)manchar o hospital 24 horas, o sujeito político estaria apagando, retirando, ressignificando a marca deixada por um outro sujeito político e, em seu lugar, deixando a sua marca. Essa é uma prática comum. Mudam-se os governos, mudam-se as prioridades. O que estava sendo construído, se não for abandonado, sofre modificações e passa a ressignificar algo novo. Talvez por isso a pressa também comum de políticos que, ao final de seu mandato, inauguram obras e mais obras, muitas inacabadas ou desaparelhadas, como hospitais, por exemplo.

Neste conjunto de charges, continua a projeção de imagens, do político para o eleitor, de que este é imaturo e despreparado para o exercício do voto, de que acredita em qualquer promessa que o sujeito candidato faça. Por outro lado, permitem a projeção da imagem, do eleitor para o candidato, da imagem do senso comum, ou seja, a de que os políticos são todos iguais, que fazem promessas semelhantes, sem, necessariamente, terem intenção ou, principalmente, condição de cumprir as promessas e propostas feitas em campanha.

5 A CHARGE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Escrever deve ser um ato divertido. Foi pensando nisso que comecei a produzir esta dissertação. E, ainda hoje, depois de todos os percalços pelos quais passei, considero que escrever deve ser algo divertido. Mas também pode ser sério. Isto, aprendi no decorrer de todos esses meses de uma árdua luta contra mim mesmo. Fiz o máximo que pude, até chegar aqui. Então, nada mais justo que rever os passos que aqui foram dados.

Primeiro, a explicitação dos motivos pelos quais me aventurei nessa caminhada pela Análise de Discurso de linha francesa.

Era meu desejo trabalhar com as charges, mais especificamente, com as charges produzidas por Marcos César Lukaszewigs, o Lukas..., escrito assim mesmo, com três pontinhos, como uma forma resumida do nome de origem polonesa⁴⁸. Aliado a esse desejo, a política, enquanto posicionamento político partidário sempre me fascinou. Os bastidores do jogo de poder. A busca de uma verdade (se é que ela existe) por trás daqueles homens que se dispõem a nos representar nas Câmaras de Vereadores, de Deputados e de Senadores, além do executivo; Prefeituras, Governos e Presidência da República. Contudo, o caminho de construção dessa dissertação não foi fácil.

Um obstáculo dessa caminhada foi a caracterização do texto chárstico, já que, tanto cartum quanto charge ocupam espaço em revistas e jornais, têm como característica apresentarem forma breve, geralmente poucos ou um quadro, ter como marca humor e ironia e, via de regra, são textos que associam o verbal (a materialidade lingüística), em que se relacionam o discurso político, o midiático, com a predominância do discurso lúdico, com o não-verbal (o desenho). Contudo, o cartum tem como característica tratar de temas sociais, do

⁴⁸ As informações sobre as razões pela escolha, tanto da charge como objeto de análise quanto sobre o cartunista estão no capítulo 1 e nos anexos.

cotidiano, que lhe permite uma maior durabilidade. Em outras palavras, um cartum pode ser compreendido muito tempo depois de ser produzido. Daí seu caráter atemporal.

A charge, por sua vez, tem sua temática ligada às especificidades da política. Uma charge sobre um acontecimento no Governo Lula pode não ser compreendida se for lida muito tempo depois de sua produção. Por isso dizemos que são determinadas pelo tempo. Uma outra característica do texto chárstico é que normalmente se refere a um personagem político, como por exemplo, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que aparece com algum traço físico ou de comportamento exagerado.

Assim, os textos que aqui chamo de chársticos tratam de temas políticos, ou seja, a eleição municipal, que já constitui um acontecimento político específico. Contudo, os personagens retratados não são representações desse ou daquele político: representam o sujeito político de uma forma geral. Também a eleição permite que se reconheça o político num todo. Em outras palavras: as charges podem muito bem se referir às eleições do município, mas também é possível que, se forem publicadas em outro periódico de outro município, em outra eleição, sejam compreendidas pelos leitores daquele jornal sem problemas.

Explicadas as razões que me levaram a considerar o corpus de análise como chárstico, vamos aos resultados.

De acordo com o proposto por esta dissertação, foi possível identificar que, no conjunto de charges analisado, que são projetadas imagens distintas pelo sujeito político do sujeito leitor/eleitor e vice-versa. Quando temos a projeção, através da charge, da imagem que o político faz do eleitorado, percebemos que o SA chárstico constrói as seguintes imagens: o político vê o eleitor de forma subestimada: é imaturo, despreparado politicamente e tem capacidade intelectual questionável quanto ao julgamento das ações do sujeito político.

Em contrapartida, o SA chargista projeta através das charges a imagem que o sujeito-leitor/eleitor tem do sujeito-político de forma geral: o político é visto como sujeito igualmente infantil, imaturo, despreparado politicamente, que menospreza seu eleitorado, seu conhecimento e sua capacidade de refletir e julgar os atos da política, além de ter atitudes, propostas e projetos semelhantes a de seus pares, sendo pouco original, por fim, trata a coisa pública com desdém e cuja capacidade intelectual é questionável.

A partir do quadro de formações imaginárias proposto por Pêcheux, temos o seguinte esquema, elaborado a partir do SA chargista:

Quadro 7

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja resposta subentende a formação imaginária correspondente
P { I _P (P) I _P (E)	Imagem do lugar de P para o sujeito colocado em P	“Eu sou o melhor candidato e tenho as melhores propostas”.
	Imagem do lugar de E para o sujeito colocado em P	“Você é imaturo, despreparado, sem condições de julgar meus atos.”
E { I _E (E) I _E (P)	Imagem do lugar de E para o sujeito colocado em E	“Eu sou importante para ele (P), mas ele subestima minha capacidade enquanto eleitor.”
	Imagem do lugar de P para o sujeito colocado em E	“Ele quer meu voto, mesmo subestimando minha capacidade enquanto eleitor.”

Cabe ressaltar que o SA chargista produz a charge a partir das CP da mídia impressa, o jornal, e as CP que envolvem os acontecimentos políticos locais, como foram as eleições municipais de 2004, por exemplo. Contudo, percebemos a influência midiática da televisão sobre o político, fenômeno que Courtine (2003) denomina como midiaticização da política, e

também sobre outras mídias, como os periódicos, e sobre os textos ali inseridos, entre eles, a charge.

Dessa forma, o SA chargista, influenciado pela FD midiática televisiva, reproduz o cenário televisivo em sua produção chargica ao retratar o acontecimento político das eleições municipais: a bancada de onde o sujeito-político fala à multidão, representada pela câmera de gravação e de dentro de um estúdio, com seu discurso ensaiado e dirigido, com iluminação artificial, microfones, contra-regras, tudo para que o discurso saia da forma mais natural e perfeita possível, como se fosse um espetáculo preparado para o sujeito leitor/eleitor, que é o telespectador de todo o show político.

A postura do sujeito-candidato também sofre a influência da mídia televisiva: nada de gestos abruptos, exaltados, nem discursos longos, pois o tempo e o espaço na TV são limitados. Assim, as falas tornam-se breves e concisas e os gestos restringem-se a poucos movimentos.

No suporte midiático jornalístico, o SA chargista joga com as imagens sobre o sujeito-político e sobre o sujeito leitor/eleitor em cenas que se repetem nas charges, retomando, dessa forma e através de FDs políticas e sociais, o jogo de imagens que se produz, ou seja, a imagem de um eleitor infantilizado, (re)produzida pelo político, a imagem de um político corrupto, (re)produzida pelo sujeito leitor/eleitor e a imagem de um político infantilizado, produzida pelo SA chargista Lukas... , o que resulta no humor (pela troca de imagens): no lugar do corrupto, produz-se o infantilizado. Atravessado/influenciado pelas FDs política, midiática e lúdica (esta dominante), o SA chargista constrói o humor, a ironia e a crítica em sua produção chargística.

Mas este trabalho não deve se encerrar aqui. Pelo contrário, pode servir de estímulo a outros que queiram enveredar-se pelo mundo dos desenhos, do jornal, da política. Um passo importante poderia ser dado na direção de melhor delimitar e definir com mais clareza as

semelhanças e diferenças ente charge e cartum pois, como vimos, tais textos têm características que se atravessam e se confundem.

E, como disse quando comecei esta parte de meu trabalho, escrever deve ser um ato divertido.

REFERÊNCIAS

- ALBANO, Mauro; DOMENICH, Mirella. **Oposição em Ipanema**. São Paulo. Jornal Esquinas de SP, 1999. Disponível em: <http://www.facasper.com.br/jo/reportagens.php?tb_jo=&id_noticias=52>.
- ANGOULVENT, Anne-Laure. **Hobbes e a moral política**. Trad. Alice Caria Cantuso. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- BARBOSA, Maria Lucia Victor. **O voto da pobreza e a pobreza do voto: a ética da malandragem**. Londrina, PR: Jorge Zahar Editor, 1988.
- BENITES, Sonia Aparecida Lopes. **Contando e fazendo a história: a citação no discurso jornalístico**. São Paulo: Arte & Ciência; Assis: Núcleo Editorial Proleitura / 2002. p. 11 – 32.
- BRASIL**. E.M. Interministerial N° 205/MF/SEPLAN/MJ/MTb/MPS/MS/SAF, Brasília, DF. 30 de junho de 1994, disponível também em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/real/realhist.asp>>.
- BRITTO, Patrícia Duarte. **Gestos do silêncio: a censura e a resistência no discurso pasquiniano**. 2005. 83 f. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa – Departamento de Letras) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR, 2005.
- CAMINHA, Pero Vaz. **A Carta do Descobrimento do Brasil**. Disponível em: <<http://www.eduquenet.net/cartacaminha.htm>>. Acesso em: 27/10/2005.
- CARMAGNANI, Anna Maria G. Por uma abordagem alternativa para o ensino de leitura: a utilização do jornal em sala de aula. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). **Análise do discurso: as materialidades do sentido**. São Carlos, SP: Claraluz, 2003. p. 123 – 132.
- CARREIRAO, Yan. **A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais**. Rev. Sociologia e Política, jun. 2004, n.22, p.179-194. ISSN 0104-4478.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das Almas**: o imaginário da república no Brasil. 1 ed. 14 reimpressão São Paulo: Cia. das Letras, 2004. p. 17 - 33

_____ **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. 3 ed. 13 reimpressão. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

CASTELLO BRANCO, Poliani. **A História do voto no Brasil**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/agencia/materias.asp?pk=22710>>. Especial 06/10/2002. Acesso em: 18/08/2005.

CHARADEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. SP: Abril Cultural: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos. 1984.

CORTEN, André. Discurso e representação do político. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina L. (orgs.) **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre, RS: Sagra Luzzatto, 1999. p. 37 - 52

COURTINE, J. J. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos, SP: Claraluz, 2003. p. 21 – 34.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradutores: Bethania S. Mariani [et al.]. 3 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 1997, p. 7 – 13.

HOLLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque. **Novo Dicionário Aurélio – Século XXI**. Versão 3.0. Ed. Nova Fronteira/Lexikon Informática Ltda.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. **A discussão do sujeito no movimento do discurso**. 1998. 120 f. Tese (Doutorado) – Programa de Estudos da Linguagem, Campinas. Unicamp, 1998. p. 26 – 48.

LOPES, Myriam Bahia. **Corpos ultrajados: quando a medicina e a caricatura se encontram**. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, jul./out. 1999, vol.6, no.2, p.257-275. ISSN 0104-5970.

MAGALHÃES, Amarildo Pinheiro. **Sentido, história e memória em charges eletrônicas sobre o governo Lula: os domínios do interdiscurso**. 2005. 247 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR: 2006.

MAGALHÃES, Raul F; VEIGA, Luciana F. **Ideologia política, persuasão, propaganda eleitoral e voto: um estudo da recepção da campanha presidencial, 1998**. Disponível em: <http://www.cps.ufjf.br/pesq_realiz_raul.htm>. Acesso em: 02/09/2004.

MALTEZ, José Adelino. **Tópicos políticos**. Disponível em: <<http://topicospoliticos.blogspot.com/2004/10/ideologia-o-que.html>>. Acesso em 25/12/06.

MAQUIAVEL. Nicolau. **O Príncipe**. Coleção Os Pensadores, 1998

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso: da objetividade científica ao terreno fluído da interpretação. in: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bôsko dos. (orgs.) **Análise do Discurso: unidade e dispersão**. Uberlândia, MG: EntreMeios, 2004. p. 71 – 94

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 5 ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____. **Discurso e texto: formação e circulação de sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2001, p. 61 - 72.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica do discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Unicamp, 1988. p. 143 - 158.

_____. Análise Automática do discurso (AAD 69): Análise de conteúdo e teoria do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3 ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997. p. 61 - 105.

QUADROS, Doacir Gonçalves. **A decisão do voto no Brasil**: um modelo explicativo para as eleições presidenciais. In: Revista de Sociologia e Política. Curitiba. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782003000100013&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 02/09/2004.

RADMANN, Elis. **O que é preciso saber sobre o comportamento do eleitor**. In: IPO – Instituto Pesquisas de Opinião. Porto Alegre, UFRGS, (2002). Disponível em: <<http://www.veraz.com.br/artigo34.htm>>. Acesso em: 02/09/2004.

ROMUALDO, Edson Carlos. **Charge jornalística: intertextualidade e polifonia**: um estudo das charges da folha de São Paulo. 1 reimp. Maringá, PR: Eduem. 2000.

SINGER, André Vitor. **Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro**: A identificação Ideológica nas Disputas Presidenciais de 1989 e 1994. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **Identificação ideológica e voto para presidente**. Opin. Pública, Maio 2002, vol.8, nº.1, p.54-79. ISSN 0104-6276

SQUERI, S. Marcelo. **Formação discursiva e o texto imagético**: possibilidades. In: II Seminário de Estudos em Análise do Discurso – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Letras. 31/10 a 04/11/2005. Disponível em: <<http://www.discurso.ufrgs.br/sead/doc/marcelosiqueri.pdf>>. Acesso em 10/02/06.

TASSO, Ismara Eliane V. S. Linguagem não verbal e produção de sentidos no cotidiano escolar. In: SANTOS, Annie Rose; RITTER, Lilian C. B. (orgs). **Concepções de linguagem e o ensino de língua portuguesa**. Maringá: EDUEM, 2005. p. 131 – 173.

XAVIER, Caco. **Aids é coisa séria! - humor e saúde**: análise dos cartuns inscritos na I Bienal Internacional de Humor, 1997. História, Ciência, Saúde-Manguinhos, mar./jun. 2001, vol.8, nº.1, p.193-221. ISSN 0104-5970.

ANEXOS

I UM POUCO DE MARCOS CÉSAR LUKASZEWIGS, O LUKAS...

O contato com Lukas... ocorreu há dois anos. Depois de inúmeras tentativas fracassadas, foi o De Paula, jornalista da cidade, que me forneceu o telefone do cartunista. Liguei, meio inseguro. O homem é um artista e vai saber lá que manias têm? Pensei comigo. Um cara gentil atendeu do outro lado e marcamos um encontro na Sede de O Diário.

Estava ansioso. Fui dos compradores de seu primeiro livro porque queria dar boas risadas, e sempre que podia, lia suas charges em O Diário, principalmente sua coluna dominical. Quando o cara chegou, mesmo sem nunca ter visto Lukas, soube que era ele. Feitas as apresentações, convidou-me para uma conversa que durou deliciosos minutos. Expliquei qual era a minha proposta. Em princípio, o rapaz levou um baque: ele realmente não esperava que alguém se propusesse a fazer uma Dissertação de Mestrado sobre sua obra. Passado o susto, ele aceitou que seu material fosse usado, e sinto que a conversa teria sido longa, se nós, tanto ele quanto eu, não tivéssemos outros compromissos.

II O CHARGISTA E O HOMEM⁴⁹

De avô russo e pai polonês, Marcos César Lukaszewigs, o Lukas... nasceu na cidade de Mandaguari, Paraná, em 1962, mas mora em Maringá desde 1969. Já fez muitas coisas diferentes, e até foi funcionário público. Agora, desenhar, isso ele faz desde os 12 anos.

⁴⁹ Essa biografia de Lukas é o resultado de uma compilação de entrevistas dadas pelo cartunista, e que podem ser encontradas na íntegra nos endereços eletrônicos a seguir:
<<http://www.odarainternet.com.br/supers/quadrinhos/lukas.htm>>
<http://www.jornalexpress.com.br/noticias/detalhes.php?id_jornal=7070&id_noticia=505>
<<http://www.maringa.com/humor/lukas/bio.php>>

Aparentemente tímido, faz piada de qualquer coisa, até do nome, que era para ser apenas Marcu, mas foi salvo pela tia, que sugeriu Marcos César. Quanto ao nome Lukas..., foi uma sugestão do cartunista Jaguar, que na época trabalhava no Pasquim. No começo, ele escrevia o sobrenome completo, até que, em 1985 escreveu para o Pasquim dizendo que era o melhor chargista paranaense. Jaguar publicou sua carta mencionando exatamente isso, mas cujo nome era impronunciável. Aí sugeriu Lukas..., que o chargista maringaense passou a usar oficialmente em 87, sempre com reticências, como marca da abreviatura do nome, quando começou a desenhar oficialmente. Largou o serviço público em 89 para viver apenas de seu traço e, por um ano e meio, atravessou muitas dificuldades, inclusive fome. Em nossa conversa, disse que, em alguns momentos, uma cenoura era a única comida que tinha.

Conta o chargista que 1991 foi o ano de sua vida, tendo inclusive uma charge sua escolhida como tema do vestibular de redação da UEM. Ganhou muito dinheiro, mas ainda não ficou rico. Brinca que dizem, quando o encontram, que ele é o famoso Lukas..., mas nunca dizem que ele é o milionário Lukas... . Coisas da profissão.

Já teve suas charges publicadas no Pasquim, no Jornal da Cocamar, no Nicolau, jornal da Secretaria de Cultura do Paraná, no periódico da Associação Comercial e Industrial de Maringá, na Revista *Pois É* de Maringá, na Revista da Cidade de Arapongas, na Revista *Isto É*, além de trabalhos como *freelancer*.

Contudo, quase abandonou as charges para seguir a carreira de repórter. Durante nove meses, fez reportagens para o Jornal O Diário, tendo no currículo entrevistas com Moacyr Franco, o ex-prefeito Jairo Gianoto e a cantora Shakira. Trabalhava duro, mas a adrenalina era motivante. Porém, para nossa sorte enquanto leitores, alguns repórteres tiveram que ser demitidos e, como era o mais novo, teve que sair.

É um rato de biblioteca. Quando era solteiro, lia uma média de 150 livros por ano. Com o casamento, essa média diminuiu um pouquinho, mas ainda é bem maior que a maioria

da população. Gosta da literatura *beat*, depravada, depressiva. Morte e miséria compõem estes cenários. Lê Keruack, Salinger, Vitor Hugo, Edgar Alan Poe, Kafka, Dostoyevski e George Orwell. A Guerra dos Bichos, por exemplo, ele leu algumas vezes. Dos quadrinhos, lê Walt Disney (principalmente dos anos 50 e 60), Piratas do Tietê, Snoopy e Cripta do Terror.

Seu gosto musical também é digno de nota. Gosta da música eletrônica dos anos 80. Samba, sertanejo, Lulu Santos e *Heavy Metal*, esconjura. Entre seus preferidos estão *Kraftwerk*, *The Cure*, *Pink Floyd*.

Uma curiosidade: Lukas... não gosta de cinema. Prefere esperar o filme ir para as locadoras. Agora, quando gosta, assiste ao mesmo filme várias Gosta do Monty Phyton, do Bryan de Palma, do Allan Parker.

Entre os personagens que criou, há o Vagauzinho, definido por Lukas... como sarcástico ao extremo, enquanto o Odenilson, com seu chapéu igual ao do Pateta, é o trapalhão; o Argemiro dos Santos, que fica de boca aberta mas não diz uma palavra sequer, o lado blasé do cartunista, e o Vô retrata o medo que o chargista tem de ficar velho.

Em sua carreira de cartunista, foi homenageado duas vezes pelo *Rotary Club*, recebeu seis prêmios de “Chargista Destaque do Ano”, os quais nunca foi buscar. Mas o que o emocionou de verdade foi uma homenagem que recebeu ocorreu no Lar Escola da Criança, em que a garotada encenou vários de seus cartuns.

Tem dois livros publicados. O primeiro, “*O que vier eu traço*”, de 1991, que reúne os melhores cartuns produzidos entre 1987 e 1990, e “*Demos Graças*”, lançado em 2000, é uma coletânea da produção entre 1997 e 2000. Pretende lançar outro livro, cujo material está pronto, com previsão de lançamento para 2010 (diz isso brincando!).

Diz também que a criação de seus cartuns pode ocorrer assim, do nada: pura inspiração. Mas, quando isso não acontece e tem que forçar, menciona que o que produz é uma m.... Durante o dia, anda pela cidade, a pé, pois odeia carro, vê as coisas e conversa

muito com as pessoas. Prefere o bar perto de casa a ir a bares ou freqüentar a noite. Acha as pessoas que tomam pinga no balcão, dizem zóio, trabaio são mais autênticas que os mauricinhos da noite. Seu momento de inspiração máxima é a madrugada, quando a cabeça fica a mil.

E ainda há o Lukas... da era digital. Ele até tem um *blog*, o casadonoca.blogspot.com, em que insere comentários e cartuns. Já fez mais de 550 postagens e os fãs têm acompanhado com entusiasmo. Pretende melhorar ainda mais o *blog* e acompanhar o avanço da tecnologia, comprando um scanner de última geração numa dessas promoções que aparecem na televisão, diz ironizando.

Contudo, não podemos nos esquecer que o Lukas... é, antes de tudo, o Marcos César Lukaszewigs, pessoa comum, como todos nós, que adora cozinhar (acho que é vingança pelos dias em que passou fome), andar descalço no quintal, tem duas cachorras, é casado, ainda não tem filhos e, acima de tudo, quer ser respeitado por ser o Marcos, não por ser o Lukas.... .